

**ATA 1980ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA  
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO**

1 Aos oito dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às nove horas e vinte minutos,  
2 realizou-se a milésima noningentésima octogésima reunião Plenária Ordinária do  
3 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à Rua Arruda Alvim,  
4 oitenta e nove. Estiveram presentes 21 (vinte e um) conselheiras/os, sendo estas/es  
5 efetivas/os e suplentes, a seguir indicadas/os: Aristeu Bertelli da Silva, Clarice Pimentel  
6 Paulon, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Luciana Stoppa dos Santos, Maria  
7 Rozineti Gonçalves, Monalisa Muniz Nascimento, Regiane Aparecida Piva, Rodrigo  
8 Toledo, Suely Castaldi Ortiz da Silva, Vinicius Cesca de Lima, Beatriz Marques de  
9 Mattos, Ed Otsuka, Edgar Rodrigues, Ivana do Carmo Souza, Ivani Francisco de  
10 Oliveira, Larissa Gomes Ornelas Pedott, Magna Barboza Damasceno, Márcio  
11 Magalhães da Silva, Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Mary Ueta  
12 e Maurício Marinho Iwai. Esteve presente também o gestor da Subsede de São José  
13 do Rio Preto, Fausto Martins Geantomasse, conforme lista de presença anexa, onde  
14 constam os registros de horários de ingresso e saída do quórum das/os  
15 conselheiras/os, conforme decisão da 1973ª Plenária Ordinária, de 13 de maio de  
16 2017. **ORDEM DO DIA: I) INFORMES – 1.1) *Justificativas de Ausência*** - Foram  
17 consideradas as justificativas de ausência das/os demais conselheiras/os: Andrea  
18 Mataresi, Evelyn Sayeg, Maria das Graças Mazarin de Araújo, Reginaldo Branco da  
19 Silva, Beatriz Borges Brambilla, Bruna Lavinias Jardim Falleiros e Rodrigo Fernando  
20 Presotto. Camila Teodoro Godinho está afastada temporariamente, conforme  
21 deliberação da 1959ª Plenária Ordinária, de 18 de fevereiro de 2017. **1.2) *Câmara de***  
22 ***Ética Profissional*** – A coordenadora técnica da Comissão de Ética, Luciana  
23 Mantovani, informa que nas reuniões de COE, além de discussão de pareceres, é  
24 preciso discutir também as questões éticas. É importante que a COE se mantenha  
25 como um espaço de análise dos dilemas vividos no exercício profissional. No entanto,  
26 pontua que a COE está com muitos processos para passar e não querem atrasá-los.  
27 Assim, a Comissão de Ética sugere a criação da Câmara de Ética Profissional, para  
28 discussão de temas a cada reunião. Serão convidados a participar os coordenadores  
29 de reuniões de COE da Sede e Subsedes. Poderão, ainda, ser convidadas a participar  
30 pessoas relacionadas com cada tema a ser abordado. Nessa primeira reunião, serão  
31 convidados os Núcleos de Saúde e de Assistência Social para discutir Comunidades

32 Terapêuticas com foco nos processos éticos, principal tema. A cada reunião se  
33 discutirá um tema distinto. O tema da segunda reunião é 'A Ética em Pesquisa'. As  
34 reuniões serão mensais ou bimestrais. **1.3) Mediação no CRP SP** – A coordenadora  
35 técnica da Comissão de Ética, Luciana Mantovani, informa que estão previstas  
36 sessões de Mediação para 14 (quatorze) processos, em diferentes fases processuais,  
37 nas 2 (duas) primeiras semanas de agosto, sendo que 3 (três) desses processos são  
38 originados por *Ex-Officio*. O CRP tem 11 (onze) mediadores que a Comissão possui –  
39 porque uma das mediadoras passou a ser coordenadora adjunta da Camara de  
40 Mediação da COE (CAM COE). O primeiro momento do processo de mediação será  
41 realizado na Sede, em dupla de mediadores, conforme prevê a Resolução, o que é  
42 importante para melhor apropriação dos mediadores. Comenta que já está sendo  
43 planejada a capacitação, utilizando a data de novembro inicialmente prevista para o  
44 Planejamento Estratégico, que deve ser antecipado. Será para alinhamento e teoria,  
45 como abordar as diferenças de mediação e conciliação. **1.4) Implantação do Plano**  
46 **de Cargos, Carreira e Salários** – o conselheiro secretário Rodrigo Toledo comunica  
47 que foi realizado o processo de licitação da consultoria que encaminhará o processo  
48 de implantação do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários do CRP SP - PCCS.  
49 Ficou definido que a Consultoria Véli RH conduzirá esse processo de implantação.  
50 Será realizada reunião de alinhamento no dia 1º. de agosto, para organização atinente  
51 a esta etapa. Além disso, se faz necessária seguir a proposta aprovada pelo Ministério  
52 Público do Trabalho. Pontua que outras informações serão noticiadas oportunamente.  
53 **1.5) Implantação Pré-Cadastro** – o conselheiro secretário Rodrigo Toledo comenta  
54 que o processo do pré-cadastro será iniciado nas inscrições de novas psicólogas.  
55 Indica que os 3 (três) primeiros meses do ano existe um grande volume de inscrições,  
56 além dos meses de julho a setembro. O volume é de fato expressivo na sede, assim  
57 como deve ocorrer também nas subsedes. Informa que o Sistema Implanta dispõe de  
58 uma ferramenta denominada Pré-Cadastro, podendo ser feita digitação prévia  
59 virtualmente, com posterior verificação da/o atendente. É um processo bastante  
60 simples, mas que deve otimizar bem o trabalho. Haverá, então, um *link* para que a  
61 psicóloga realizar o seu Pré-cadastro e quando for à Sede ou às Subsedes, a/o  
62 funcionária/o que fizer o atendimento somente imprimirá a ficha para anexar aos  
63 documentos do prontuário da psicóloga, agilizando o processo de atendimento e  
64 cadastro dessas profissionais. Frisa que as informações inseridas previamente pela  
65 psicóloga somente serão validadas no cadastro após o deferimento da/o atendente do

66 CRP. A ideia é que esse procedimento tenha início no dia 1º. de agosto de 2017,  
67 quando todas as inscrições passarão a ser realizadas a partir dessa estrutura. A/o  
68 psicóloga/o realizar o cadastro e a/o atendente acessa o sistema utilizando o número  
69 de CPF. As informações cadastradas ficarão 30 (trinta) dias disponíveis para que a  
70 psicóloga leve a documentação necessária à Sede ou Subsede do CRP. Caso não  
71 atenda a esse prazo, será necessário realizar um novo pré-cadastro. Rodrigo salienta,  
72 ainda, que a previsão para finalizar esse procedimento é o dia 13 de julho. Outrossim,  
73 está prevista para a Sede a disponibilização de um totem para que a/o psicóloga/o  
74 possa se inscrever no CRP, caso ainda não tenha se inscrito previamente. Já o pré-  
75 cadastro *online* poderá ser feito em qualquer aparelho. A ideia não é limitar o processo,  
76 mas sim aperfeiçoar. Relata-se que na subsede de Ribeirão Preto o que mais causa  
77 demanda para o atendimento à categoria são as questões relacionadas a boletos. O  
78 gerente geral Diógenes Pepe comenta que, a respeito do boleto, a tendência é que  
79 demore um pouco mais, porque está sendo emitido com registro e ainda não há  
80 sintonia com o Banco do Brasil. Rodrigo Toledo ressalta que se trata de um sistema  
81 único para todo o CRP SP, da Implanta, mas que há funcionamentos diferentes entre  
82 Sede e Subsedes, sendo as possibilidades de acesso nas subsedes mais limitadas.  
83 Além disso, o boleto registrado pode gerar uma complicação maior para sintonizar com  
84 o Sistema. Karen Meira Dotto, coordenadora técnica da Comissão de Orientação e  
85 Fiscalização, registra que a proposta é de melhoria tanto para as/os funcionárias/os,  
86 como atende a uma reivindicação da categoria. **1.6) Implantação Declarações On-**  
87 **line** – o conselheiro secretário Rodrigo Toledo informa que o Departamento de  
88 Atendimento tem realizado conversa com todas as subsedes em relação a organização  
89 do trabalho. Considerável pleito diz respeito à impressão de declarações, que são  
90 feitas manualmente. Uma das demandas era que houvesse *link* para validação dessas  
91 declarações, especialmente à de título de especialistas, em sua maioria na área do  
92 trânsito. O Detran, os Ciretrans e demais órgãos vinculados ao setor de trânsito  
93 exigem anualmente uma declaração de que a/o psicóloga/o possui título de  
94 especialista na área, para que a/o profissional continue cadastrada/o no órgão. Por  
95 isso, nos três primeiros meses do ano, é necessária a emissão de aproximadamente  
96 3000 (três mil) declarações de especialistas na área do trânsito. Esse período coincide  
97 com a época de maior volume de novas inscrições no CRP. Portanto, gera um alto  
98 fluxo de trabalho para o Setor de Atendimento. Outra problemática em relação a essas  
99 declarações para o Detran é que quando o CRP encaminhava ao Departamento

100 Estadual de Trânsito de São Paulo, era questionado para conferir se a declaração era  
101 verídica. O documento, da forma como é emitido atualmente é muito frágil, feito no  
102 programa “Word” e qualquer pessoa consegue reproduzi-lo, não havendo nenhuma  
103 informação sobre a veracidade dos dados. Também foi feito um trabalho com as  
104 demais declarações de títulos de especialistas, tendo como principal desafio organizar  
105 esses registros e finalizar a transição de informações, sendo que constavam em duas  
106 bases de dados e necessitavam estar em uma única dentro do Sistema, para que  
107 fosse possível ser emitida declaração *online*. Assim, há um trâmite do setor de  
108 Informática que será ajustado nas próximas semanas. Outro desafio era que a emissão  
109 pudesse ser feita também nas Subsedes, o que já foi resolvido no Sistema Implanta.  
110 Foi feita uma discussão com a COE e a COF para avaliar a Declaração e o texto do  
111 documento ficou mais conciso, porque tinha, anteriormente, quase 2 (duas) páginas e  
112 algumas informações não eram relevantes. A nova redação já está sendo utilizada e  
113 ainda resta um último ajuste de escrita que será feito nos próximos dias. O mais  
114 relevante dessa forma online de emissão é que poderá ser feita a validação, pois toda  
115 Declaração será emitida com um código e ao acessar o link específico com esse  
116 código, será possível verificar a veracidade do documento. Alguns órgãos públicos já  
117 trabalham com estas estratégias de verificação. Por limitação do sistema, ainda não há  
118 a assinatura eletrônica, mas com o código as informações podem ser verificadas e  
119 validadas. Já foram feitos testes em todas as subsedes. Além da declaração para título  
120 de especialistas, também poderá ser emitido *online* o documento que informa sobre a  
121 situação cadastral da/o psicóloga/o (ativa ou não), denominada Declaração Padrão,  
122 sendo enviado por *e-mail*. Cita como exemplo que, atualmente, há duas pessoas no  
123 Setor de Atendimento que somente emitem declarações e que possuem um trabalho  
124 manual muito grande em um período de tempo limitado. Assim, esses processos  
125 otimizarão os procedimentos. **1.7) Reunião da Câmara dos Profissionais**  
126 **Registrados em Conselhos e Ordens de São Paulo** – a conselheira vice-presidenta  
127 Clarice Pimentel Paulon informa que o Conselho Regional de Corretores de Imóveis -  
128 CRECI convocou todos os Conselhos Regionais no estado de São Paulo para discutir  
129 o funcionamento financeiro dos Conselhos, tanto no que se refere a forma como  
130 realizam as licitações, como das prestações de contas junto ao Tribunal de Contas da  
131 União (TCU). O motivo para realizarem a convocação é um Projeto de Lei em  
132 tramitação que visa à extinção dos conselhos profissionais, assim, que extinguiria a  
133 Ordem dos Advogados do Brasil, o Conselho de Medicina e todos os demais

134 conselhos profissionais. É algo curioso, pois cada vez mais o Tribunal de Contas da  
135 União tem se aproximado dos conselhos profissionais. Pensou-se na possibilidade de  
136 montar Grupo de Trabalho com todos os conselhos do estado de São Paulo para  
137 discutir o assunto e criar uma hegemonia na forma como são feitas as licitações e no  
138 modo de prestação de contas junto ao TCU. Há várias divergências metodológicas na  
139 maneira de realização desse tipo de trabalho e vários Conselhos estão sofrendo  
140 processos no Ministério Público. Durante a reunião foi informado que há três  
141 conselheiros de conselhos profissionais que foram presos devido ao orçamento anual -  
142 licitações e pagamentos de ajudas de custo, diárias elevadas e escusas em relação  
143 aos valores praticados por outros conselhos. Na reunião do GT destacaram os dados  
144 disponíveis no Portal da Transparência com as informações que são necessárias.  
145 Destaca que o CRP SP é pioneiro nas informações prestadas no Portal, mas está  
146 extremamente atrasado em relação a outros Conselhos Profissionais. O Portal do CRP  
147 SP não está totalmente pronto, ainda assim, tem caminhado muito mais rápido que  
148 outros Regionais. Além disso, citaram o PenSei - Processo Eletrônico Nacional -  
149 Sistema Eletrônico de Informações para composição desses orçamentos, e que está  
150 sendo pensado em como adotar esse sistema. Fizeram elogios a esse sistema e se  
151 colocaram à disposição para que o CRP SP pudesse contar com esse GT para  
152 organizar melhor seus orçamentos e no âmbito financeiro. O GT terá reuniões  
153 mensais. Sendo que ela, Clarice Pimentel Paulon, participou da primeira e a próxima  
154 será no dia 25 de julho. A ideia é que uma mesma pessoa participe desse GT pelo  
155 CRP SP, a fim de acompanhar os encaminhamentos. O conselheiro secretário Rodrigo  
156 Toledo acrescenta que o Sistema PenSei também está sendo estudado para uso pelo  
157 Sistema Conselhos, tendo sido apresentado na última reunião nacional de Presidentes  
158 e Tesoureiros e com aderência do CFP e de todos os Regionais. No CRP SP tem um  
159 grupo de trabalhadoras/es que já passou pela formação *online* desse sistema.  
160 Começou-se com os setores de Secretaria, Informática, Webmaster e Atendimento. Na  
161 sequência será a vez de COF, COE e Gerência. **1.8) GT Cracolândia** - A conselheira  
162 vice-presidenta Clarice Pimentel Paulon pontua que, com relação às intervenções na  
163 Cracolândia, ocorreram várias audiências públicas e algumas coletivas de imprensa de  
164 vários Conselhos Profissionais. Depois da audiência pública da Ordem dos Advogados  
165 do Brasil, o Conselho Regional de Medicina de São Paulo convocou vários Conselhos  
166 Profissionais e algumas entidades para se reunirem e pensarem na realização de  
167 vistorias conjuntas nos dispositivos de saúde relacionados às ações na região, com

168 objetivo de fortalecer essas vistorias e elaborar documentos mais concisos acerca  
169 desses locais. Esse Grupo de Trabalho já realizou 2 (duas) reuniões, uma no  
170 Cremesp, onde estiveram presentes os conselheiros Ed Otsuka e Vinícius Cesca de  
171 Lima e outra no CRP SP para organizar as vistorias nas instituições onde serão  
172 realizadas as visitas, sendo que várias entidades estão envolvidas. Comenta que já foi  
173 realizada a vistoria no Centro de Atenção Psicossocial da Rua Helvétia, que é um  
174 CAPS montado em um contêiner. Ed Otsuka acrescenta que o CRP prontamente foi  
175 verificar o que estava acontecendo nesse local, se havia violações de direitos humanos  
176 e, a partir dessa ocasião, o CRP começou a articular com vários Conselhos. Relata  
177 que o CRP SP foi muito importante na articulação de Conselhos e órgãos do Sistema  
178 de Justiça, como Ministério Público, além de entidades da saúde e dos direitos  
179 humanos, o que fortalece o trabalho realizado. O Condepe - Conselho Estadual de  
180 Defesa dos Direitos da Pessoa Humana está muito próximo e há a prerrogativa de  
181 realizar várias ações. O Condepe também tem prerrogativa de fazer questionamentos  
182 a órgãos públicos. O CRP elaborou um questionário especialmente sobre como estão  
183 se dando as internações, porque envolve um processo de higienização. Uma das  
184 estratégias adotadas para as internações foi a utilização de Ação Civil Pública de  
185 busca e apreensão, onde levavam as pessoas para internação compulsória. Há outras  
186 estratégias que estão utilizando e que também o CRP tem tentado barrar. Agora, está-  
187 se envidando esforços para acompanhar de perto as ações na região, com todas as  
188 violações de direitos, como está sendo feito o cuidado ou a negação do cuidado e  
189 quais dispositivos estão sendo usados para segregar essas pessoas. O CRP faz a  
190 defesa do cuidado de forma interdisciplinar e está produzindo documentos em que  
191 todos os Conselhos trazem sua visão e de qual forma se opõe a política que está  
192 sendo realizada em São Paulo. Relata ainda que se trata de uma questão estadual,  
193 pois os projetos “Redenção” e “Recomeço” tem tido seus modelos reproduzidos por  
194 praticamente todos os municípios do estado. As vistorias estão sendo  
195 estrategicamente programadas. Clarice Pimentel Paulon informa que é o CRP SP  
196 quem está oficiando os demais conselhos e entidades para formar as equipes de  
197 vistoria. **1.9) Alteração no procedimento de envio de Notificação de Débito** – o  
198 conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de Lima informa que a partir de estudos feitos  
199 pela Gerência e apresentados à Diretoria durante o último período, foi pensado um  
200 novo procedimento para melhor utilização dos recursos em relação ao primeiro envio  
201 de Notificação de Débito. A cada ano, a partir de maio do ano seguinte à anuidade, a

202 pessoa que não quitou a anuidade do ano anterior passa a ser considerada  
203 inadimplente em relação àquela anuidade. Assim, o CRP tem que notificar a/o  
204 psicóloga/o que ela está em débito. Trata-se de um procedimento administrativo  
205 preparatório para a inscrição na dívida ativa – antes da inscrição em dívida ativa a/o  
206 psicóloga/o é notificada/o. A primeira notificação apresenta um prazo de 30 (trinta) dias  
207 para que a/o profissional procure o CRP, e, após, ocorre o envio da segunda  
208 notificação prazo também de 30 (trinta) dias, e, se não atendido, inicia-se o  
209 procedimento para inscrição da Dívida Ativa da União. É um procedimento adotado  
210 desde 2001, ainda na versão anterior da Consolidação das Resoluções do CFP. De  
211 acordo com as Resoluções 18/2001 e 03/2007, há indicativo de que a notificação  
212 deveria ser enviada com Aviso de Recebimento (A.R.), o que é um procedimento bem  
213 custoso: cerca de 35.000 (trinta e cinco mil) notificações são enviadas ao ano, com  
214 custo unitário de pouco mais de R\$ 11,00 (onze reais), ou seja, um custo anual de  
215 aproximadamente R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) ou R\$ 400.000,00  
216 (quatrocentos mil reais). É um dispêndio elevado e o envio dessa notificação não  
217 garante o sucesso na composição da receita, ou seja, não tem o efeito esperado que é  
218 de a/o psicóloga/o negociar ou quitar a dívida. Foi realizada, então, consulta à  
219 assessoria jurídica e, a partir disso, construída uma alternativa em relação ao  
220 procedimento de garantir tanto a economicidade quanto a finalidade de a/o psicóloga/o  
221 ter recebido a notificação, que o envio de correspondência simples não garantiria. O  
222 que se ponderou é que desde 2001, com o avanço tecnológico, há alternativas de  
223 ferramentas de rastreio, que não estavam disponíveis naquela ocasião. Foi construída  
224 uma solução junto aos Correios pelo Departamento de Informática do CRP SP,  
225 embasado com pela assessoria jurídica, com o entendimento de que uma carta  
226 registrada, mesmo sem A.R. já garante a rastreabilidade e confirmação de recebimento  
227 e, dessa forma, alterou-se o procedimento. A partir da notificação de débito que será  
228 enviada em breve relativa às inadimplências do ano de 2016, a carta seguirá  
229 registrada, mas sem A.R.. Para isso, houve a construção de comunicação de  
230 tecnologia entre os Correios, com a capacidade de armazenamento desta informação  
231 pelo CRP SP, o que já garante a comprovação de que a/o psicóloga/o recebeu esta  
232 notificação. Além disso, o CRP SP recebia de volta os cerca de 35.000 (trinta e cinco)  
233 mil cartões de A.R., o que gerava o transtorno de demandar o setor de Atendimento,  
234 que recuperava o prontuário da/o psicóloga/o, colava o A.R. no processo, sendo que,  
235 em muitos casos o prontuário não está arquivado na sede, então era preciso solicitar à

236 empresa que fica com parte dos arquivos do CRP SP. Esse novo procedimento  
237 garantirá uma economia de cerca de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), ou  
238 seja, quase metade do valor gasto anteriormente. Há questionamento do plenário se  
239 para outras correspondências se utilizará o mesmo procedimento, de envio sem A.R..  
240 foi esclarecido que outras comunicações também são enviadas sem AR, como as  
241 relativas aos títulos de especialista. O conselheiro tesoureiro relata que a resolução  
242 não fala sobre envio de Carta, especificamente, mas que a pessoa seja comunicada.  
243 Assim, o primeiro aviso é feito por e-mail. Caso não haja retorno, envia-se a carta de  
244 cobrança sem A.R.. Acrescenta que o Conselho Nacional de Justiça passou a  
245 considerar válido que as pessoas sejam intimadas por mensagem no aplicativo  
246 *WhatsApp*, porém, para isso, é necessário que a pessoa responda, apenas a  
247 visualização da mensagem não é considerada válida. No caso específico da  
248 Notificação de Débito, a Resolução cita expressamente o Aviso de Recebimento e, por  
249 isso, foi necessário construir essa proteção administrativo-jurídica. Por isso foi  
250 indispensável o apoio jurídico para que se cumprisse o texto da norma. Mas, em  
251 paralelo a isso, o CRP SP já apresentou a proposta ao CFP e, talvez, seja algo para se  
252 tratar especificamente no GT da APAF que discute a Revisão dessa Consolidação de  
253 Resoluções. Não sabe se o conselheiro Guilherme Raggi Pereira, que representa o  
254 CRP neste GT recebeu essa informação, mas o assunto será pautado no GT Nacional  
255 por entender que o texto da Resolução está obsoleto. A coordenadora técnica da  
256 Comissão de Orientação e Fiscalização, Karen Meira Dotto, sugere que seja divulgado  
257 à categoria nas redes sociais do CRP SP para que atualizem seus dados,  
258 especialmente, endereços de e-mails junto ao CRP. O conselheiro tesoureiro concorda  
259 com a proposta de encaminhamento para que a Comissão de Comunicação tome as  
260 providências pertinentes à propagação da informação, assim como já vem sendo feitas  
261 com outras, a exemplo da atualização de Cadastro, a segunda via de boleto e as  
262 postagens administrativas. **Encaminhamento:** Não houve objeção do plenário quanto  
263 à propositura de divulgação da informação à categoria para atualização de seus dados  
264 cadastrais, especialmente, endereços de e-mails junto ao CRP. Delega-se à Comissão  
265 de Comunicação, para providências cabíveis. **1.10) Alteração no procedimento de**  
266 **postagem do Jornal Psi** – o conselheiro tesoureiro Vinicius Cesca de Lima informa  
267 que, a respeito da forma de postagem do Jornal Psi, foi feita a opção de deixar de usar  
268 serviço de postagem pelos Correios. Serão utilizadas outras empresas de logística, no  
269 serviço de entrega “porta-a-porta”. A empresa será contratada por meio de licitação.



270 Relata que, segundo estudo realizado, essa nova medida representará uma economia  
271 anual de cerca de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais). Considera-se uma economia  
272 muito significativa e, assim, já foi encaminhada junto ao Departamento de Compras e  
273 será utilizada para a entrega da próxima edição do jornal, o que representará uma  
274 economia de aproximadamente R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) nesta edição. **1.11)**  
275 **Novo Imóvel para a Sede do CRP SP** – Foi feita uma opção dentro do GT Nova Sede  
276 de fazer o cadastramento de corretores de imóveis e de imóveis via site do CRP SP. O  
277 *link* do site do CRP abre um sistema de cadastro, onde cada um se cadastra como  
278 interessado em fazer ofertas de imóveis e, uma vez cadastrado, ele pode cadastrar  
279 tantos imóveis quanto for de seu interesse. Nessa página para realizar o cadastro, já  
280 estão indicados quais são os critérios para o imóvel, para evitar o cadastramento de  
281 imóveis que diverjam do desejado. O único dado não informado na descrição do imóvel  
282 é o orçamento disponível para a compra, para não influenciar uma possível inflação de  
283 preço e a falta dessa informação é a única que causa a oferta de imóveis que fogem à  
284 capacidade orçamentária do CRP SP. Desde que o sistema de cadastro foi  
285 disponibilizado, houve um número muito significativo de cadastros – cerca de 300  
286 (trezentos) corretores e 60 (sessenta) ofertas de imóvel. Isso porque o CRP SP  
287 encaminhou um Ofício ao Conselho Regional dos Corretores de Imóvel – CRECI,  
288 informando sobre a ação e solicitando divulgação junto aos corretores de imóvel da  
289 região. A gerência tem feito uma primeira triagem dos imóveis, descartando aqueles  
290 que claramente não são de interesse, seja pela localização – imóveis distantes da  
291 região central - seja pelo tipo de oferta, ou ainda devido ao preço cobrado, à metragem  
292 insuficiente do imóvel ou a distância de meios de transporte. A partir dessa triagem,  
293 foram realizadas visitas a quatro imóveis. Um deles foi descartado, após a visita,  
294 porque apesar da adequação, não atendia a proximidade de transporte. Dos outros  
295 três imóveis: um deles fica na Rua Cesário Mota, no Bairro Vila Buarque, próximo à  
296 Universidade Presbiteriana Mackenzie e à Santa Casa de São Paulo. Esse imóvel está  
297 de acordo com as exigências de transporte e acesso, da metragem estabelecida. Outro  
298 imóvel, que fica na esquina da Rua da Consolação com a Rua Matias Aires, interessa  
299 ao CRP SP, pois está próximo ao metrô, tem a metragem necessária, acesso à rede  
300 de hotelaria e alimentação. O terceiro foi visitado esta semana, fica na Rua Quirino de  
301 Andrade, próximo ao Novotel Jaraguá, onde foi feito o Planejamento Estratégico no  
302 ano passado, e ao Metro Anhangabaú. Este imóvel ainda passará por avaliação. Há  
303 outro imóvel selecionado para visita na semana que vem, situado à Rua Marquês de

304 Itu, próximo à Praça da República. Em relação aos dois imóveis da Rua Cesário Mota  
305 e da Rua Matias Aires, foi solicitado laudo de avaliação que indicassem, com base em  
306 critérios objetivos, estimativa de valor desses imóveis – pois somente se sabe o preço  
307 apresentado pelo corretor, e para que se justifique, caso um desses imóveis venha a  
308 ser adquirido o valor gasto, com base no preço do metro quadrado no entorno, no  
309 estado de conversação do imóvel e outros elementos que deem segurança para um  
310 processo de negociação. Além disso, ocorrerá licitação no dia 11 de julho para estudo  
311 técnico de viabilidade visando verificar se cada um desses prédios atende à nossa  
312 necessidade, ou seja, se é possível adaptar esses imóveis para as atividades que o  
313 CRP SP necessita e para que, a partir disso, se tenha uma estimativa dos custos de  
314 adaptação desses imóveis, que é um custo que também deve ser considerado. Um  
315 imóvel com valor mais elevado, mas que demande menos gastos com reformas pode  
316 ser mais interessante do que um que tenha custo menor, mas exija grandes gastos  
317 com reforma. O plano é ter ao menos duas opções com esses dois estudos produzidos  
318 para que quando for feita a escolha de um imóvel, seja orientada por esses dois  
319 estudos possibilitando a melhor escolha possível dentre as opções e garantindo a  
320 transparência do processo, sendo possível apresentar o percurso que se teve até o  
321 momento. O gerente geral, Diógenes Pepe, acrescenta que, a partir do momento em  
322 que um corretor de imóvel oferta um imóvel para o CRP SP, todo o diálogo entre o  
323 CRP SP e o corretor está registrado nessa ferramenta, que está disponível para que se  
324 possa acompanhar, ou seja, o sistema permite uma memória do diálogo do CRP SP  
325 com os corretores. Relata ainda que a visita aos imóveis é sempre feita em parceria,  
326 com a gerência e outro membro do GT. O conselheiro tesoureiro acrescenta que as  
327 visitas são realizadas em dupla, inclusive, para que se tenha um compartilhamento de  
328 impressões. Questiona-se se esse estudo que será solicitado também contempla  
329 avaliação das instalações elétricas e hidráulicas, pois prédios mais antigos podem  
330 demandar reforma dessa ordem. Além disso, se está sendo considerada, inclusive, a  
331 acessibilidade. Vinicius Cesca esclarece que esses fatores também são objetos do  
332 estudo. Relata que o prédio da Cesário Mota parece ser de fácil adaptação em termos  
333 de espaço, mas que tem problemas hidráulicos e elétricos. Já o imóvel da Matias  
334 Aires, em seu uso anterior, tinha grande espaço reservado para servidores de  
335 computador, assim, suas salas apresentam mais dificuldade de adaptação, embora o  
336 prédio seja mais novo, o que demanda menos dessa parte de estrutura. O estudo  
337 contemplará ainda a questão da acessibilidade. Acredita-se que em um breve período

338 de tempo haverá elementos necessários para a decisão, inclusive considerando o  
339 tempo de reforma. Se a intenção é fazer isso nesta gestão, é preciso ser célere.  
340 Apresentarão novidades conforme ocorrerem. **1.12) GT Projeto de Gestão** – O  
341 conselheiro secretário Rodrigo Toledo informa que o GT é composto por ele, Beatriz  
342 Brambilla, Evelyn Sayeg, Ivani Francisco de Oliveira e Reginaldo Branco da Silva.  
343 Havia sido deliberado que a proposta para o Projeto de Gestão seria apresentada  
344 nesta plenária. No entanto, não foi possível reunião neste último mês devido às  
345 agendas dos componentes do GT, assim pede que o prazo para fazer essa  
346 apresentação seja na Plenária Ordinária de agosto. **Encaminhamento:** O plenário  
347 aprova que a proposta seja apresentada na Plenária Ordinária de agosto pelo GT  
348 composto para esse fim. **II) APROVAÇÃO DAS ATAS 1959<sup>a</sup> (18/02/17), 1973<sup>a</sup>**  
349 **(13/05/17)** – Rodrigo Toledo informa que a Secretaria tem recebido muitos pedidos de  
350 transcrições literais das falas para que constem nas atas. É importante lembrar que o  
351 trabalho da Secretaria é altamente qualificado, temos um conjunto de secretárias  
352 responsáveis pelo desenvolvimento das atividades, sendo que a coordenadora Sandra  
353 Ribeiro e a supervisora Jessica Morgana, em especial, ficam responsáveis pela  
354 elaboração das atas. Esse registro é feito a partir do material registrado pelo  
355 Departamento de Secretaria durante a plenária e com o auxílio da gravação de áudio  
356 coletado na plenária. As secretárias elaboram um documento, que é a ata, mas a ata  
357 não é um documento de transcrição literal. Assim, é preciso pensar se a decisão deste  
358 plenário será pela elaboração de um documento de transcrição literal das falas, pois,  
359 caso seja esse o entendimento, este não é um trabalho que deverá ser realizado pela  
360 Secretaria. Para a transcrição literal, será necessário o trabalho de taquigrafia. O  
361 Departamento de Secretaria é responsável pela elaboração de um documento e não  
362 de uma transcrição literal. Outro destaque importante é que este plenário tem discutido  
363 de forma intensa sobre a questão do trabalho dos profissionais deste CRP SP, e, no  
364 caso das atas, tem-se encaminhado solicitações com pouca antecedência à plenária  
365 que homologará a ata solicitações de transcrições literais de trechos bastante longos.  
366 Isso gera uma tarefa, que faz com que uma das secretárias desenvolva um trabalho  
367 exclusivo de elaboração de Ata, o que acarreta uma série de dificuldades em outras  
368 atividades da secretaria. Recorda que o Departamento de Secretaria tem um conjunto  
369 de atividades de assessoramento e que não vem sendo possível devido a esta  
370 demanda de trabalho. Assim, pondera que é necessário reavaliar esses pedidos de  
371 transcrição literal e pensar o que se espera desse serviço e, se for uma decisão da

372 plenária, fazer realocações para que possamos ter um serviço de taquigrafia para essa  
373 atividade, e não de secretaria. Considerações do Plenário: 1) Questiona-se se as atas  
374 serão feitas a partir de todas as falas ditas no microfone ou se haverá um acordo de  
375 que ela partirá do que foi dito. 2) Concorde-se com o conselheiro secretário Rodrigo  
376 Toledo em relação à preocupação com a sobrecarga de trabalho no setor de  
377 Secretaria. 3) Pontua-se que a ata da 1973ª Plenária Ordinária (13/05/17) está melhor  
378 redigida. A Ata da 1959ª Plenária Ordinária (18/02/17) estava com partes difíceis de  
379 identificar as falas, faltando ideias e com repetições. 4) Pondera-se que, a partir da  
380 revisão da ata, é possível notar a dificuldade de confiança, que é algo que precisa ser  
381 construído. 5) Trouxe surpresa uma fala dita por um conselheiro que outro solicitou  
382 alteração no texto, pois descaracterizou a fala original. Entende-se como complicado  
383 alterar a fala de outro, conforme entendimento próprio, pois esbarra na confiança.  
384 Assim, solicita-se que se respeitem as falas das pessoas. 6) Indica-se sobre os  
385 registros de falas ditas do microfone, que já existe um acordo. Não há como refazer o  
386 acordo neste momento, pois as relações estão muito fragilizadas e todos já devem ter  
387 recebido a notificação do CFP com relação à mediação que está começando. Assim,  
388 só se poderá tratar de novos acordos após as negociações ou dentro do processo de  
389 negociação junto ao Conselho Federal de Psicologia. Há uma autarquia, o CRP, para  
390 dar andamento, e há muitas pautas para discutir e muitos problemas para resolver.  
391 Essa discussão de repactuações serão realizadas em um espaço privilegiado para  
392 esse fim e a Plenária não será o espaço para isso. 7) Comenta-se que há uma questão  
393 mais técnica, que é se os nomes dos autores devem ser destacados nas respectivas  
394 falas, que está relacionada à forma de redigir a ata. 8) Pontua-se que se considera  
395 fundamental que sejam identificados os autores das falas, pois auxilia na leitura da  
396 mesma e no processo de transparência. 9) Entende-se que a leitura da Ata deve ser  
397 do registro daquilo dito no microfone. 10) Comenta-se o problema de já terem sido  
398 excluídas de atas falas ditas ao microfone. 11) Sobre o pedido de alteração de fala de  
399 outra/o conselheira/o, pontua-se que se deu porque o registro não condizia com aquilo  
400 apresentado na Plenária. 12) Defende-se que a Ata não seja um registro literal das  
401 falas, contudo, quando restar dúvida, poder acessar ao registro literal na gravação,  
402 pois pode-se tratar de interpretação equivocada da fala. É importante poder ter acesso  
403 aos registros, para dar tranquilidade para assinatura das atas. Ou seja, defende-se que  
404 se possa recorrer às falas literais, se for o caso. 13) Pontua-se que é possível acordar  
405 essa questão mais técnica – de nominar ou não as falas – mas com relação ao acordo

406 sobre falas ditas fora do microfone, pode-se aguardar o melhor momento para essa  
407 discussão. 14) Concorda-se que, havendo dúvidas, elas necessitam ser esclarecidas,  
408 mas não se pode utilizar esse instrumento de esclarecimento para construir outras  
409 formas de narrativa. Rodrigo Toledo faz a leitura dos pontos para os quais o plenário  
410 apresentou proposta de alteração nas redações. Recorda que foram recebidas  
411 solicitações de transcrição de falas com pouco prazo. Assim, registra que a Secretaria  
412 não está se negando a realizar os esclarecimentos, o que deve e continuará sendo  
413 feito. Mas ressalta a importância de que se cumpram os prazos. Para a ata  
414 encaminhada esta semana, já tivemos o cuidado de solicitar que as sugestões de  
415 alteração e pedidos de esclarecimentos sejam encaminhados até o dia 30/07,  
416 permitindo que a Secretaria tenha o tempo necessário para realizar os ajustes.  
417 Ressalta ainda que quando a solicitação dos pontos vem com as informações, elas são  
418 contempladas nas atas, citando com exemplo, os números de CRP das pessoas  
419 indicadas para as composições de Núcleos e Comissões. **Encaminhamento:** O  
420 plenário acorda em respeitar os prazos para envio das contribuições e sugestões de  
421 alteração às atas, para que haja tempo hábil ao Setor de Secretaria realizá-las.  
422 Solicitações feitas após esse prazo, a Secretaria não contemplará. As atas das  
423 Plenárias 1959<sup>a</sup>, de 18 de fevereiro de 2017, e 1973<sup>a</sup>, de 13 de maio de 2017, são  
424 aprovadas considerando todas as alterações solicitadas previamente pelo plenário. **III)**  
425 **APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA** – Às 12 horas e 11  
426 minutos, o plenário inicia a discussão do ponto. Rodrigo Toledo submeteu ao plenário  
427 os processos de pessoa física e jurídica inscritas nesse CRP SP para aprovação.  
428 **Encaminhamento:** Foram subscritos os seguintes processos: Pessoa Física - 240  
429 (duzentas e quarenta) Novas Inscrições; 86 (oitenta e seis) Reativações; 20 (vinte)  
430 Inscrições Secundárias; 24 (vinte e quatro) Inscrições por transferência; 02 (duas)  
431 suspensões da solicitação por desistência; 70 (setenta) cancelamentos a pedido; 40  
432 (quarenta) Cancelamentos por Transferência. Pessoa Jurídica – 41 (quarenta e um)  
433 registros; 08 (oito) cadastros e 04 (quatro) alterações contratuais; 09 (nove)  
434 cancelamentos a pedido. Total geral de 544 (quinhentos e quarenta e quatro)  
435 processos apreciados, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **IV)**  
436 **APRECIÇÃO DE TÍTULO DE ESPECIALISTA** – Às 12 horas e 12 minutos, o  
437 plenário inicia a discussão do ponto. O Plenário tomou conhecimento da relação de  
438 psicólogas/os para aprovação do título de especialista. **Encaminhamento:** Na  
439 modalidade Residência Multiprofissional deferiu-se 03 (três) na área de Saúde. Na

440 modalidade Cursos Credenciados deferiu-se 01 (um) na área de Psicologia do  
441 Trânsito, 06 (seis) em Psicologia Clínica, 02 (dois) em Psicologia Hospitalar, 03 (três)  
442 em Neuropsicologia. Na modalidade Cursos Instituição de Ensino Superior deferiu-se  
443 01 (um) na área de Psicologia Escolar/Educacional; 03 (três) em Psicologia  
444 Organizacional e do Trabalho; 04 (quatro) na área de Psicologia do Trânsito; 09 (nove)  
445 em Psicologia Clínica, 07 (sete) em Psicopedagogia, e 05 (cinco) em Neuropsicologia.  
446 Sendo assim, o total geral de títulos de especialistas ratificados representa 44  
447 (quarenta e quatro), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. **V)**  
448 **CRENCIAMENTO DE SITES** – Às 12 horas e 13 minutos, o plenário inicia a  
449 discussão do ponto. Foram analisados 24 (vinte e quatro) processos.  
450 **Encaminhamento:** O plenário concedeu parecer favorável a 13 (treze) pedidos com  
451 protocolos: 806340787 (06/114407), 106542323 (06/98068), 506513488 (06/61706) -  
452 renovação, 506642498 (06/136835), 606042693 (06/65277), 706441474 (06/55141),  
453 006013521 (06/20646), 206441555 (06/74122), 606441404 (06/124402), 706507830  
454 (06/5158), 206342314 (06/48973), 706142790 (06/86596), 206342044 (06/126264).  
455 Concedeu parecer desfavorável a 03 (quatro) solicitações com os protocolos:  
456 806040996 (06/47043), 806242715 (06/137217), 406138732 (06/86344) e 506340443  
457 (5880/J 50929). E apresentou parecer de Cancelamento a 07 (sete) pedidos com os  
458 protocolos: 806040996 (06/47043), 801640544 (06/120305), 806242715 (06/137217),  
459 206735732 (06/69311) e 106238883 (06/121815), conforme folha anexa que é parte  
460 integrante desta ata. **VI) CALENDÁRIO DO CRP SP** – A discussão do ponto inicia-se  
461 às 12 horas e 14 minutos. Rodrigo Toledo informa que o Calendário foi alterado,  
462 conforme solicitações e consulta feita à Assessoria Jurídica. A Assessoria Jurídica  
463 encaminhou Parecer nº 01282/17, que foi compartilhado com todas/os as/os  
464 conselheiras/os por e-mail. Conforme o Parecer foi feita a alteração de numeração das  
465 Plenárias Éticas, considerando a realização de plenárias simultâneas. Essa alteração  
466 fez com que fosse necessário alterar todas as plenárias, a partir do mês de julho.  
467 Dessa forma, é apresentada ao plenário a proposta de Calendário já com as Plenárias  
468 Éticas aos sábados. Há outra alteração relativa ao Plano de Ação, que tem relação  
469 com o Planejamento Estratégico do CRP SP. Vinicius Cesca de Lima contextualiza o  
470 que motivou a mudança: segundo o Manual de Procedimentos Orçamentários,  
471 Contábeis e Financeiros do Sistema Conselhos de Psicologia - Resolução CFP  
472 nº10/17, o prazo para envio do orçamento ao CFP para compor o orçamento de todo o  
473 Sistema é até 31 de outubro de 2017. O CFP precisa aprovar no mês de novembro,

474 para poder encaminhar à aprovação na APAF de dezembro, de modo que esteja  
475 vigente no ano seguinte. Historicamente o CRP SP entrega o orçamento contábil, que  
476 prevê o planejamento de receita, de despesas nas grandes áreas, ao CFP até 31 de  
477 outubro. Após isso, já de conhecimento de quanto estava disponível para as ações  
478 políticas, era feito o planejamento de como seria utilizado o recurso, o que se concluía  
479 em janeiro do ano seguinte, somente. Porém, agora é necessário entregar os dois ao  
480 mesmo tempo, tanto o chamado de Orçamento Contábil como o chamado Orçamento  
481 Programa. O programa contábil é o que traz o item a ser orçado ou o tipo da despesa,  
482 já o orçamento programa traz a finalidade da despesa. Há duas semanas, a  
483 conselheira tesoureira do CFP, Norma Cosmo, notificou a todas/os as/os  
484 conselheiras/os do Sistema para que se cumpra a Resolução, ou seja, que o  
485 orçamento contábil e orçamento programa sejam entregues até 31 de outubro. Isto  
486 posto, até 31 de outubro será indispensável entregar todo o planejamento do CRP SP  
487 para o ano de 2018, já aprovado. No calendário sancionado há dois meses, previa-se a  
488 realização do Planejamento Estratégico para 2018 nos dias 26, 27 e 28 de outubro, o  
489 que inviabilizaria cumprir o prazo estabelecido pelo CFP. Esse contexto motivou a  
490 proposta de mudança no calendário. Assim, apresenta-se sugestão de trocar as datas  
491 anteriormente previstas para realização de um Fórum de Gestores em setembro, com  
492 a data do Planejamento Estratégico. Nessa proposta, o Fórum de Gestores será  
493 realizado em outubro e o Plano de Ação para 2018 em setembro, para que haja tempo  
494 de aprova-lo na plenária de outubro, cumprindo, portanto, o prazo estipulado por  
495 Resolução. Considerações do plenário: 1) Há manifestação de preocupação em  
496 relação à alteração sugerida, devido à dificuldade de participação em plenárias éticas  
497 aos sábados entre os meses de julho e novembro. Assim, a ausência corresponderia a  
498 quatro plenárias éticas programadas para os sábados. Pede-se esclarecimentos de  
499 como ficará a questão da contagem do quórum. 2) Apresenta-se dúvida em relação à  
500 mudança de data para o Planejamento Estratégico: com a antecipação, se será  
501 mantido o formato e qual seria o dia de apresentação do planejamento dos territórios e  
502 dos núcleos. 3) Também apresenta-se dúvida referente à formação do quórum. A  
503 soma do quórum necessário para realizar duas plenárias concomitantes é de 18  
504 (dezoito) pessoas, o que deixa o quórum sem reserva caso ocorra imprevistos. Relata-  
505 se que há histórico recente de dificuldade para conseguir substituta/o que possa  
506 compor o quórum. Sugere estabelecer para essas plenárias de sábado um quórum de  
507 10 (dez) conselheiras/os, para que se tenha uma margem de garantia, no caso de

508 imprevistos, o que evitaria o cancelamento das plenárias. A mesa diretora esclarece a  
509 respeito da contagem de participações em Plenárias Éticas que para as plenárias  
510 concomitantes, será computada como somente 1 (uma) plenária, pois não haveria  
511 como uma/um mesma/o conselheira/o participar de 2 (duas) plenárias ao mesmo  
512 tempo. Então, serão consideradas somente pelo período, manhã e tarde. Assim, quem  
513 não estiver presente serão consideradas 2 (duas) ausências e não 4 (quatro). Retoma  
514 ainda que a questão se trata de acordo político do grupo, a responsabilidade é coletiva  
515 e não individual, ainda que, são um coletivo de 28 (vinte e oito) conselheiras/os e  
516 todas/os precisam dar conta desta tarefa. Relata ainda que é necessário adiantar o  
517 Planejamento Estratégico para setembro, independente do formato. Mas, a respeito do  
518 formato, comenta que será discutido no ponto específico, ainda nesta plenária. A  
519 coordenadora técnica, Luciana Mantovani, comenta que há muitos processos éticos  
520 pendentes. Cita que na última plenária já havia informado sobre o assunto e pedido a  
521 compreensão sobre a necessidade de realizar mais plenárias, o que foi atendido, com  
522 a definição das plenárias aos sábados. Considera excelente a proposta de ter um  
523 quórum de 10 (dez) conselheiras/os, mas há dificuldade de fechar com 9 (nove).  
524 Nenhuma das próximas plenárias éticas a serem realizadas em sábados tem 10 (dez)  
525 no quórum.. Em uma delas, há apenas 6 (seis) conselheiras/os confirmadas/os.  
526 Ressalta que a análise dos processos é uma responsabilidade de conselheiras/os.  
527 Novas considerações do plenário: 1) Discorda-se que a alteração no calendário e o  
528 formato do Planejamento Estratégico sejam coisas independentes, pois se deve  
529 pensar em um formato que corresponda mais às expectativas. Mas, é claro que deve  
530 ser feito, ou não se terá verba para o ano seguinte. 2) Registra-se a preocupação com  
531 relação ao quórum da plenária, cuja discussão já vem sendo feita a bastante tempo. 3)  
532 Registra-se também que há casos inversos, de pessoas que não podem participar de  
533 plenárias éticas às sextas-feiras, somente aos sábados. 4) Entende-se importante a  
534 preocupação colocada em relação ao quórum e sugere-se que se haja flexibilidade em  
535 relação ao assunto, com a possibilidade de não fechar quórum para uma das plenárias  
536 concomitantes. 5) Há um quórum mínimo de 9 (nove) conselheiras/os e estão sendo  
537 marcadas duas plenárias simultâneas, o que é inédito. Há preocupação, pois se está  
538 marcando duas plenárias ao mesmo tempo, fará que sejam necessários 18 (dezoito)  
539 conselheiras/os e podem ocorrer imprevistos. Assim, por isso, a sugestão que apesar  
540 do quórum mínimo necessário ser de 09 (nove), que se feche com 10 (dez)  
541 conselheiras/os. 6) Questiona-se se há necessidade de justificar caso uma/um



542 conselheira/o somente consiga participar de um turno da plenária ou é melhor não  
543 participar de plenária de nenhum turno. 7) Destaca-se a questão do custo das  
544 plenárias, pois com o acréscimo de uma plenária por turno, há a despesa de  
545 deslocamento de 8 (oito) pessoas a mais. 8) Ressalta-se que existe um risco em  
546 manter o quórum mínimo e, por isso, sugere-se que ao menos uma das plenárias  
547 concomitantes tenha quórum de 10 (dez) conselheiras/os. 9) O conselheiro presidente  
548 coloca que o quórum mínimo é de 9 (nove) conselheiras/os. Questões de imprevistos,  
549 nesta gestão, foram muito pequenas. Em geral, o que ocorreu foi o agendamento de  
550 outras atividades concomitantes às plenárias. Assim, solicita que se tenha cuidado  
551 com o que está sendo agendado e, de fato, que se pondere se será possível se  
552 comprometer com duas plenárias aos sábados e se conseguirá ficar nos dois períodos.  
553 Há um dado de realidade que se sobrepõe aos pesares sobre a efetividade de realizar  
554 duas plenárias simultâneas ou os custos com isso, que é a quantidade de processos  
555 pendentes para apreciação. É algo que as/os conselheiras/os precisam resolver.  
556 Ressalta que imprevistos ocorrem e é algo compreensível, no entanto, até este  
557 momento, não foram problemas para este XV Plenário. É preciso cuidar para que se  
558 tenha mais pessoas nas plenárias e, se for possível contar com 10 (dez) no quórum, é  
559 muito salutar, mas não se tem conseguido fechar o quórum com 9 (nove). Registra  
560 ainda que é uma das pessoas que passará a compor o quórum das plenárias éticas  
561 que serão realizadas aos sábados. Vinicius Cesca de Lima retoma que realizar duas  
562 plenárias aos sábados, concomitantes, é algo que já havia sido apresentado, discutido  
563 e aprovado por este plenário. A única novidade no ponto é a questão da numeração  
564 dessas plenárias, que passam a ser separadamente, conforme o Parecer Jurídico  
565 encaminhado ao plenário. À parte disso, a COE apresentou o diagnóstico da situação  
566 de acúmulo de processos e deve-se pensar na perspectiva da prioridade desta  
567 atividade, portanto, se não for feito no formato proposto, deve ser feito em algum outro.  
568 O que pode ser utilizar um período das Plenárias Ordinárias para fazer discussão dos  
569 processos éticos, diminuindo o tempo para outras discussões. Mas apreciar os  
570 processos é um dever da gestão, e todas as demais questões estão no campo do  
571 compromisso que a gestão assumiu. Acrescenta que, até o momento, pelo que se  
572 recorda, somente teve uma plenária em que duas conselheiras tiveram problemas para  
573 chegar devido ao cancelamento de um voo. Ressalta ainda que, para Plenárias Éticas,  
574 o quórum máximo é de 15 (quinze) conselheiras/os, assim, se houver 17 (dezesete),  
575 2 (duas/dois) não poderão participar e terão que ser dispensadas/os. Se houver 18

576 (dezoito) pessoas confirmadas, as duas plenárias estarão asseguradas. Trata-se de  
577 uma proposta de formato alternativo para conseguir cumprir uma tarefa que é dever  
578 das/os conselheiras/os executar. Clarice Pimentel Paulon reafirma que tinha entendido  
579 que o ponto este ponto de aprovação de calendário seria somente devido à alteração  
580 de data do Planejamento Estratégico e do Fórum de Gestores. Mas, novamente, se faz  
581 o deslocamento da questão para outros assuntos, além do ponto de pauta em si.  
582 Pondera que talvez se devesse pensar em reabrir o ponto de pauta sobre as Plenárias  
583 Éticas aos sábados, que é algo que já havia sido definido e deliberado por este  
584 plenário. Trata-se da necessidade de conselheiras/os cumprirem as atividades  
585 ordinárias do CRP SP. Se decidir-se por reabrir a discussão, sugere que seja realizada  
586 em outro momento. A ideia é que as pessoas consigam participar, da melhor maneira  
587 possível, das plenárias aos sábados, pois não conseguem em outros dias. Mas, é  
588 preciso se atentar ao ponto que está efetivamente empauta. Se a decisão for por  
589 reabrir a discussão, entende que o assunto deve ser pautado ao final da pauta desta  
590 plenária ou para outra plenária. Outras considerações do plenário: 1) Comenta-se  
591 sobre o incomodo de se ter que reafirmar a prioridade das ações ordinárias do CRP  
592 SP. Imprevistos acontecem, mas é preciso se responsabilizar pelos compromissos  
593 firmados. Quando não se toma providências, deixando o gargalo de muitos processos,  
594 o que se faz é ferir o direito de pessoas que estão aguardando que o CRP faça a sua  
595 função, que também é política. Há compromisso firmado que seriam feitas plenárias  
596 éticas aos sábados e cada um tem a possibilidade de fazer o arranjo possível. 2)  
597 Comenta-se que não vê como desvinculada a discussão até o momento de aprovação  
598 do calendário. Cita que o Parecer Jurídico surgiu da dúvida de um conselheiro e diz  
599 respeito às numerações das plenárias. Mas, há dúvida sobre a necessidade de compor  
600 quórum de plenária realizada aos sábados nos dois períodos. O conselheiro secretário,  
601 com base no calendário onde constam Plenárias Éticas ocorrendo aos sábados nos  
602 dias 29/07, 16/09, 21/10 e 25/11, ou seja, 4 (quatro) sábados, sugere que nesta  
603 plenária já se encaminhe o quórum das Plenárias Éticas a serem realizadas no dia  
604 29/07 e, sucessivamente, se encaminhe os quóruns dessas Plenárias em conjunto,  
605 tornando ponto fixo nas Plenárias Ordinárias e, que não fique somente sob a  
606 responsabilidade da coordenação técnica de COE. Vinicius Cesca de Lima, sobre a  
607 questão de se poder compor o quórum somente se puder participar das plenárias  
608 éticas de sábado nos dois períodos, que seria o cenário ideal, mas pode-se ter um  
609 acordo interno. Assim, entende que no plano concreto, deve ser conforme for possível

610 o arranjo. Nesse sentido, Regiane Piva se coloca à disposição para ser consultada  
611 quando houver a possibilidade de participação em somente um período. Informa-se  
612 que para a Plenária Ética do dia 29 de julho, já há quórum confirmado para as duas  
613 plenárias da manhã e somente para uma no período da tarde, mas registra-se que  
614 ainda podem ser realizadas inscrições para participar das plenárias e, assim, confirmar  
615 a realização da outra plenária da tarde. O conselheiro secretário manifesta que o  
616 cancelamento de uma plenária implicaria na alteração de numeração de todas as  
617 plenárias subsequentes, portanto, deve-se também considerar essa questão  
618 administrativa. Dessa forma, há indicação de que, se a plenária sem quórum suficiente  
619 for cancelada neste momento, não haveria implicação administrativa e também não  
620 haveria a necessidade de que se precisasse ficar atrás de novos nomes para  
621 completar o quórum. Considera-se pertinente a proposta apresentada, mas poderia ser  
622 válida a partir das Plenárias Éticas de sábado que ocorrerão em setembro. Assim, na  
623 Plenária Ordinária de agosto, já decretar quais plenárias haverá quórum para serem  
624 mantidas. E, assim, todos já ficam cientes que o prazo limite para se inscrever para  
625 aquelas plenárias é 12 de agosto, quando ocorrerá a Plenária Ordinária. Mas, sugere-  
626 se que para as plenárias éticas agendadas no dia 29 de julho, que o prazo final para  
627 inscrições de participação seja até o final da próxima semana. Propõe-se ainda a  
628 possibilidade de substituir uma possível plenária ética cancelada pela realização de  
629 uma em uma sexta-feira, à tarde. **Encaminhamento:** O plenário aprova a mudança no  
630 calendário, conforme segue: Planejamento Estratégico – 22, 23 e 24 de setembro;  
631 Fórum de Gestores – 27 e 28 de outubro. Para as Plenárias Éticas realizadas aos  
632 sábados, acorda-se que serão realizadas duas no período da manhã e duas no  
633 período da tarde, todas numeradas. As datas em que ocorrerão essas plenárias são 29  
634 de julho, 16 de setembro, 21 de outubro e 25 de novembro. Para essas plenárias, o  
635 quórum será fechado sempre na Plenária Ordinária que as antecede, a exceção das  
636 plenárias agendadas para o dia 29 de julho, para as quais as/os conselheiras/os  
637 poderão se inscrever em até uma semana. A coordenadora técnica da Comissão de  
638 Ética, Luciana Mantovani, oficializará o envio do quórum por e-mail com até uma  
639 semana de antecedência a plenária. O conselheiro presidente, neste momento, às  
640 13h15, suspende as atividades da plenária para almoço. Às 14h31 reinicia-se a sessão  
641 plenária. **VII) ASSUNTOS FINANCEIROS – 7.1) Informe** – O conselheiro tesoureiro,  
642 Vinicius Cesca de Lima informa que consta nas pastas de apoio das/os  
643 conselheiras/os a versão mais atual do mapa gerencial do Centro de Custo. Esse

644 instrumento está disponível pelo site do CRP SP, por meio de *login* e senha para  
645 consulta e é atualizado pelo Departamento Financeiro e de Contabilidade  
646 semanalmente. Reforça que os dados somente são lançados após os pagamentos,  
647 logo, o mapa gerencial não apresenta os gastos logo que são realizados, mas quando  
648 os pagamentos são efetuados. **7.2) Resolução CRP n° 01/2015 – Mala Direta** – O  
649 conselheiro tesoureiro coloca que se trata de uma demanda foi apresentada à Diretoria  
650 pela Comissão de Comunicação. A Comissão apontava alguns problemas em relação  
651 à disponibilização do serviço de Mala Direta: a) O CRP, por meio de Resolução, vende  
652 Mala Direta e assim, disponibiliza comunicações de terceiros às casas das/os  
653 psicólogas/os. É uma atividade que não tem relação com a finalidade do CRP SP. b) O  
654 procedimento gera volume de trabalho para o Departamento de Comunicação, e  
655 também demanda para os departamentos das Comissões de Orientação e  
656 Fiscalização e de Ética, que precisam conferir o material e a/o profissional envolvido,  
657 para verificar se existem processos éticos, por exemplo. Assim como, em casos de  
658 solicitação por empresas, o Departamento Financeiro precisar fazer a conferência se a  
659 instituição possui débitos relacionados à compra da mala direta anteriormente. Nesse  
660 sentido, traz ao plenário a proposta de revogar a Resolução e encerrar a oferta desse  
661 serviço. Reforça que não se trata de uma atividade que se relaciona à função do CRP  
662 SP. Do ponto de vista financeiro, o valor cobrado é apenas o de custo dos materiais  
663 para gerar as etiquetas, pois não se tem o objetivo de lucro. Assim, apresenta duas  
664 problemáticas na oferta desse serviço: 1) O CRP disponibiliza, a preço de custo,  
665 informações que podem ser exploradas comercialmente. 2) É disponibilizada uma base  
666 de dados que é fornecida ao CRP de forma compulsória, para finalidade distinta do  
667 que é a desse cadastro. Ou seja, pode ser considerado como uma distorção da  
668 finalidade do cadastro. Considerações do plenário: 1) Aponta-se que já se fez  
669 avaliação do material da mala direta, pela COF e que, de fato, é algo trabalhoso. 2)  
670 Solicita-se acesso à Resolução, pois não conseguiu-se localizá-la no site. 3) Há  
671 manifestação favorável a não continuar com a oferta desse serviço. 4) Questiona-se  
672 como o assunto é tratado no Sistema Conselhos. 5) Sugere-se que o plenário tenha  
673 acesso à Resolução e, oportunamente, possa decidir sobre a revogação. 6) Ressalta-  
674 se que a avaliação para concessão da mala direta é feito a partir de critérios objetivos  
675 e não considera, por exemplo, o mérito do que se pleiteia a divulgação, que pode, em  
676 alguns casos, ser contrário as defesas do CRP SP. Vinicius Cesca de Lima informa  
677 que encaminhou, neste momento, a Resolução a todas/os por e-mail. Ressalta que a

678 Resolução tem caráter meramente administrativo. Pontua que um histórico recente a  
679 respeito da Resolução, que pôde resgatar foi que o serviço foi regulamentado em  
680 1999. Em 2013, o serviço foi suspenso, mas sem a Resolução ser revogada. Nesse  
681 período, um psicólogo entrou na justiça para obrigar o CRP a realizar o serviço de  
682 mala direta, considerando a Resolução vigente e ganhou a causa. Por isso, decidiu-se  
683 limitar a quantidade de malas diretas que poderão ser feitas e aprovou-se nova  
684 Resolução prevendo isso. A plenária, à época, aprovou, mas deliberou também que o  
685 assunto deveria ser retomado, após levantamento com outras entidades, após três  
686 meses, o que não ocorreu. **Encaminhamento:** O plenário aponta a necessidade de se  
687 apropriar do texto da Resolução e, dessa forma, o documento deverá ser encaminhado  
688 a todas/os por e-mail. O assunto será pautado na Plenária Ordinária de agosto, para  
689 deliberação. **7.3) Alteração nos procedimentos de registro, processamento e**  
690 **pagamento de Ajudas de Custo** – Vinicius Cesca de Lima informa que apresentará  
691 as mudanças na gestão dos procedimentos de pagamentos das ajudas de custo,  
692 inclusive do registro das atividades. Informa que agora será feito por meio do site e,  
693 dessa forma, apresenta a página do site para todas/os. O endereço para o  
694 preenchimento dos relatórios é “[crpsp.org.br/ajudadecusto](http://crpsp.org.br/ajudadecusto)”. O acesso será possível  
695 por meio de *login* e senha. Por enquanto, se trata de um genérico que será usado por  
696 todas/os. Mas, o projeto é que na próxima etapa de organização do sistema, passe a  
697 ser feito de forma individual, com cada um tendo seu próprio *login*. Ainda, comenta que  
698 o objetivo é que todo o processo de validação também seja feito de forma eletrônica.  
699 Como ainda o Sistema será somente para o registro do Relatório, não há necessidade  
700 de logins individuais. Informa aos presentes o usuário e senha genéricos para acessar  
701 o Sistema. Três recursos estarão disponíveis nesse Sistema. Neste momento, dois  
702 desses recursos já estão disponíveis: 1) “Registrar Relatórios de Atividade”, sendo  
703 que, por enquanto, é um formulário construído no ‘*Google Drive*’, mas já se está sendo  
704 estudo como fazer num Sistema próprio do CRP, com base de dados própria, deixando  
705 de depender de recursos de terceiros. Ao acessar, abaixo do título há um *link* para  
706 abrir as “Instruções para Preenchimento”. Essas instruções estão disponíveis para  
707 acesso a qualquer momento. As dúvidas que não forem sanadas com essas instruções  
708 serão incluídas posteriormente. Relata que já há uma lista de pessoas cadastradas e  
709 se trata de uma lista fechada, com as pessoas que o departamento financeiro já possui  
710 os dados bancários. Até o dia 22 de julho, todas/os que já participaram de atividades  
711 do CRP, em 2017, estarão na lista. Caso a pessoa que precisa preencher o Relatório

712 não esteja na lista, é preciso encaminhar os dados bancários, nome completo e CPF,  
713 por e-mail ao Departamento Financeiro e à Direção. Essas orientações constam nas  
714 instruções. Ressalta que a sugestão é que cada participante execute o preenchimento  
715 de seu próprio relatório. Entende-se como a forma mais fácil. Quando se tratar de um  
716 convidado, a compreensão é que o mais adequado é que o preenchimento seja feito  
717 pelo organizador da atividade. Trata-se de uma medida pensada para não  
718 sobrecarregar as áreas administrativas, que terão outra atribuição nesse processo.  
719 Sobre o preenchimento, após a seleção do nome do participante da atividade, deve-se  
720 selecionar a unidade gestora, a unidade executora e o centro de custo. Todos esses  
721 campos com as opções possíveis para o preenchimento já cadastradas, para evitar  
722 que se preencha com algum dado que não está no Centro de Custo. Na etapa seguinte  
723 de preenchimento, deve-se incluir o país de realização da atividade (se 'Brasil' ou  
724 'outros'). Nesse sentido, relata que atualmente o preenchimento não é feito de forma  
725 automática, já atribuindo ao país da atividade o valor de ajuda de custo, tendo que ser  
726 feito de forma manual. Agora, quando escolhida a opção, o sistema já considerará qual  
727 o padrão de ajuda de custo deve ser fornecido, assim o cálculo será automático. Após,  
728 deve-se informar o estado de realização da atividade ('São Paulo' ou 'outros') e, por  
729 fim, a cidade. Deixou-se por padrão, as cidades onde o CPR SP possui sede ou  
730 Subsede, pois é onde há maior concentração de atividades. Se for em outros  
731 municípios, deve-se selecionar a opção "outros" e informam manualmente o nome dos  
732 municípios. Também, é obrigatório o preenchimento da data e horário de realização da  
733 atividade. Na página seguinte, ainda seguindo o preenchimento, abre as opções de  
734 deslocamento, sendo necessário preencher a cidade de origem (com cidades das sede  
735 e subsedes cadastradas) e a forma de deslocamento, sendo que há uma lista fechada  
736 com as possibilidades de meio de transporte. Há também o questionamento no  
737 Formulário se foi necessária realizar o deslocamento antecipadamente: se a opção  
738 assinalada for "não", o Formulário abre a página para descrição do deslocamento de  
739 volta; se a opção assinalada for "sim", abrirá uma tela para que o participante justifique.  
740 Em seguida, deve-se preencher sobre a forma de deslocamento de retorno da  
741 atividade. Também há o questionamento se houve retorno adiado, e, em caso positivo,  
742 será solicitada a justificativa. Nas páginas sobre o deslocamento, há o questionamento  
743 se a pessoa deseja ou não o reembolso. Há, então, uma novidade, que o modelo de  
744 Relatório utilizado atualmente não trazia e a intenção é que na próxima etapa – quando  
745 estiver mais informatizado -, também não tenha essa informação. O próprio

746 participante terá que informar os valores do seu reembolso de deslocamento, para  
747 distribuir a responsabilidade, pois hoje, uma única funcionária precisa recolher os  
748 comprovantes e fazer semanalmente diversos lançamentos dessa informação no  
749 sistema. No caso de utilização de carro próprio, por Resolução do Conselho Federal, a  
750 quilometragem segue o padrão de distancia estabelecido pelo DER – Departamento de  
751 Estradas e Rodagem, que possui uma ferramenta que indica qual é a distância oficial.  
752 No Sistema, há um link para acessar essa ferramenta *online*, e verificar a distância.  
753 Com o tempo, entende-se que isso será tranquilo para preenchimento de cada um,  
754 pois já se saberá qual a quilometragem oficial. Para a etapa seguinte, a perspectiva é  
755 que de automatizar esse procedimento, bastando colocar a cidade de destino e  
756 origem. Considerações do plenário: 1) Questiona-se se deve ser preenchido somente  
757 um relatório por dia ou um único para todo o período de atividade. 2) Questiona-se se  
758 sempre deverá ser preenchido o Centro de Custo no Relatório com a primeira atividade  
759 do dia, mesmo quando se tratar de uma atividade com uma verba disponível menor  
760 que outra realizada no mesmo dia. 3) Pergunta-se se no caso de necessidade de  
761 reembolso de deslocamento ida e volta, se é necessário calcular a soma dos  
762 deslocamentos ou apenas colocar o de um trecho. 4) No caso em que o participante  
763 resolva ter o deslocamento de uma atividade postergado, por razões pessoais, pede-  
764 se que seja esclarecido como se daria o preenchimento. 5) questiona-se, nesse último  
765 caso, se haveria problema com relação aos comprovantes de deslocamento, como de  
766 pagamento de pedágio, em data posterior a da atividade. 6) Aponta-se que as  
767 passagens de ônibus sofrem alteração de preço a depender do horário e dia do  
768 deslocamento. Vinicius Cesca de Lima mantém a orientação de que seja feito um único  
769 relatório por dia, inclusive quando as atividades durarem mais que um dia. O padrão  
770 para a definição do Centro de Custo, nesses casos, é que seja o da primeira atividade  
771 do dia, exceto quando uma das atividades desse dia for Plenária, Fórum de Gestores  
772 ou Planejamento Estratégico, que possuem um orçamento dimensionado para abarcar  
773 essas despesas. Esses três Centros de Custo sobrepõe a qualquer outro do dia.  
774 Quanto ao caso da primeira atividade do dia ter um orçamento menor, pontua que  
775 pode ser feito um acordo entre os gestores das atividades daquele dia e, caso  
776 acordado, colocar em outra rubrica de atividade do dia, que não a primeira. Mas, na  
777 inexistência desse acordo, deverá ser alocada no centro de custo primeira atividade  
778 realizada na data. Informa que incluirá essa orientação nas Instruções que estão  
779 disponíveis no link para preenchimento dos relatórios de atividades. A respeito do

780 preenchimento do deslocamento para os trechos de ida e de volta, esclarece que deve  
781 ser feita a soma das distâncias de ida e volta. Mas, no caso do preenchimento de mais  
782 de um relatório, o trecho de ida deve ser colocado preenchido no relatório da primeira  
783 atividade e o de retorno no relatório da última atividade realizada. Colocará, de forma  
784 explícita, essa informação, também. Com base nas sugestões, pontua que pode  
785 acrescentar um campo para que a pessoa possa informar que o deslocamento (de ida  
786 ou de volta) não existiu, para que não seja preciso descrever um deslocamento que  
787 não ocorreu para aquela atividade específica. Quando o participante decidir um retorno  
788 adiado, por razões particulares, basta preencher o retorno normalmente, pois não é  
789 solicitado que se indique a data do retorno. Sobre a data dos comprovantes de  
790 deslocamento, quando não realizados no dia indicado da atividade, caso o participante  
791 o realize em data diversa por motivos particulares, indica que ao final do  
792 preenchimento do Relatório, há um campo de observações, e que essa questão pode  
793 ser justificada nesse campo. Estando fundamentado, é possível avaliar a situação e  
794 realizar o reembolso. Informa que o sistema terá uma rotina de verificação automática  
795 a respeito da consistência da informação, então, não alertará, no caso de se lançar um  
796 deslocamento de carro próprio, entre mesmas cidades, com distâncias diferentes, por  
797 exemplo. Para as passagens rodoviárias, será necessário lançar o preço real da  
798 passagem efetivamente utilizada. Qualquer excepcionalidade do relatório pode ser  
799 esclarecida no campo de observações. A novidade, é que cada participante informará  
800 o seu deslocamento no relatório, ao menos, nesse primeiro momento. A  
801 quilometragem é possível automatizar, mas as passagens rodoviárias, de qualquer  
802 forma, terão que ser informadas manualmente. Mas avaliou-se que é melhor que cada  
803 um preencha o seu, do que concentrar em uma única pessoa, para fazer todos os  
804 lançamentos. Novas considerações do plenário: 1) Questiona-se se poderia ser criada  
805 uma tela de reembolso de despesas de deslocamento específica para o trecho de ida e  
806 outra para o trecho de retorno, pois poderia simplificar. 2) Nos casos em que os locais  
807 de origem e regresso serem diferentes, pergunta-se como seria o preenchimento. 3)  
808 Ainda, questiona-se se haverá possibilidade de edição, caso tenha sido feito  
809 preenchimento de forma equivocada. 4) Há questionamento se o Formulário de  
810 Representação externa continuará sendo preenchido à parte ou se será unificado. 5)  
811 Relata-se que, como se trata de um formulário feito pelo “Google Forms” é possível  
812 acrescentar um item de “resumo da resposta”, para que a pessoa possa conferir antes  
813 de enviar. Vinicius Cesca de Lima entende que isso poderia duplicar a informação, pois



814 seguindo as sugestões dessa plenária, será possível informar se houve ou não  
815 determinado deslocamento, então, já se saberá a qual trecho se refere, conforme a  
816 opção que a pessoa escolheu na tela de deslocamento. Quando as cidades de origem  
817 e de regresso forem distintas, basta indicar isso na tela do deslocamento. A verificação  
818 a qual se referiu, será somente para a quilometragem nos casos de deslocamento por  
819 carro próprio. Por fim, há o questionamento se a pessoa deseja receber ajuda de custo  
820 ou diária por esse deslocamento, que é um campo que já existe no Relatório de  
821 Atividade atual, no campo “Gera pagamento?”, mas que normalmente, não está  
822 preenchida. Assim, agora passa a ser um campo de preenchimento obrigatório. O *link*,  
823 que ainda não tá disponível, é o de consulta do andamento. Por meio dele, é possível  
824 consultar se o Relatório foi registrado no Sistema. Acrescenta que não se trata de um  
825 documento editável, nesse caso, será necessário entrar em contato para comunicar.  
826 Mas pondera que é gerará muito trabalho a edição. Assim, pondera que antes de  
827 enviar, será possível voltar às telas anteriores para corrigir as informações. Sobre o  
828 Relatório de Representação Externa, neste momento, não entrará via esse sistema. Há  
829 o plano de no caso de atividades comuns, como plenárias, reuniões de comissões  
830 gestoras, que se cadastre a atividade e as pessoas, ao entrarem no seu *login*, confirme  
831 que participou. Alguns dados não há como preencher em comum, como deslocamento.  
832 Conferirá se é possível incluir o item de resumo da resposta, para que as pessoas  
833 possam conferir antes de encaminhar o Formulário, para evitar envios com  
834 informações erradas. A partir das pontuações da plenária, fará as alterações e, assim,  
835 quando as pessoas forem utilizar, estará um pouco diferente do apresentado nesta  
836 ocasião. Após isso, há a segunda etapa desse processamento, que é reunir os  
837 comprovantes que acompanham as informações indicadas e que, atualmente,  
838 acompanham o Relatório. Quando o processo for todo informatizado, a intenção é que  
839 se possa subir um arquivo em formato “.pdf” com os comprovantes. Por enquanto,  
840 ainda não será possível. Portanto, as áreas administrativas precisarão reunir os  
841 documentos de comprovação das atividades: lista de presença das reuniões,  
842 comprovantes de pedágio. Uma vez ao mês será feita a extração da base de dados  
843 com os relatórios lançados e, cada unidade gestora receberá uma listagem com as  
844 atividades lançadas no mesmo, para que o coordenador da unidade assine atestando  
845 as atividades. Mas será uma validação em bloco das atividades do mês, vai anexar os  
846 comprovantes das atividades e encaminhar. Isso será por meio físico. Atualmente, uma  
847 funcionária do departamento financeiro é responsável por Esclarece que hoje a

848 funcionária do Financeiro tem a tarefa de lançar os Relatórios para preparar para  
849 pagamento. Com esse fluxo confuso, os Relatórios chegam de forma segmentada,  
850 pouco a pouco e com prazos que não conciliam. Nesta lógica de extração por mês,  
851 haverá a garantia de que os pagamentos referentes a atividades realizadas em um  
852 mês serão feitos no mês seguinte. Atualmente, não há como ter a previsão de prazo  
853 para o pagamento, pois depende de quanto o setor consegue dar conta do  
854 processamento dos relatórios. A funcionária responsável por isso no setor, não tem  
855 somente essa atribuição, outras tarefas que surgem e são prioritárias podem fazer com  
856 que esse prazo seja ainda maior. Como não será mais necessário o lançamento  
857 manual dos valores de ressarcimento pela funcionária, pois o sistema calculará  
858 automaticamente. Os participantes, pela ferramenta de consulta, que ainda não está  
859 disponível, poderão acompanhar esses valores e os pagamentos processados. O  
860 preenchimento, por essa ferramenta, iniciará em 22 de julho. A partir dessa data, todo  
861 o preenchimento será feito pelo sistema. Esse novo modo dará uma previsibilidade  
862 maior sobre quando serão feitos os pagamentos. No final de julho será feito o primeiro  
863 fechamento para usar como teste, para ver se surge alguma dúvida e se há algum  
864 problema. Após o fechamento, será encaminhado para cada unidade (núcleo,  
865 comissão, etc.) a relação de relatórios, para que a unidade ateste a realização  
866 daquelas atividades e envio por meio físico. Outra informação importante é quais são  
867 os documentos de comprovação: a) reuniões de qualquer instância: lista de presença,  
868 quando à distância, o coordenador deve fazer um documento atestando quais foram os  
869 participantes, assumindo a responsabilidade por essa informação; b) representação:  
870 envio do “Relatório de Participação em Atividades Externas”, que é uma forma de  
871 garantir que todas/os enviem esse relatório – o arquivo desse relatório em branco será  
872 disponibilizado para download no sistema. Sobre as reuniões à distância, o plenário  
873 apresenta dúvida, pois é feito o relatório de atividades, mas não há pagamento de  
874 ajuda de custo, se for feita em casa. Vinicius Cesca de Lima esclarece que a definição  
875 de ajuda de custo é de que se trata de um custeio para ressarcimento alimentação,  
876 transporte e estacionamento, se não há despesas dessa natureza, não há porque ter  
877 ajuda de custo, se, mesmo à distância, for necessário deslocamento, alimentação ou  
878 estacionamento, há o pagamento de ajuda de custo. Reforça sobre os procedimentos  
879 que serão tomados a partir do uso do sistema: 1) Cada um fará o lançamento de suas  
880 atividades no formulário eletrônico; 2) Ao final do mês, será feita a extração da base de  
881 dados e encaminhado para a unidade executora, pois é onde a atividade foi realmente

882 realizada para que se anexe a este extrato, assinado pelo coordenador, os  
883 documentos comprobatórios das atividades e, essa mesma base de dados, organizada  
884 por unidade gestora, será encaminhada para a unidade gestora, com exceção de  
885 quando as unidades executora e gestora forem a mesma. Será encaminhado um único  
886 documento com as diversas atividades do mês para as unidades, para que verifiquem  
887 e assinem, atestando. A intenção é que na etapa seguinte estes dois procedimentos,  
888 anexar comprovantes e assinatura do coordenador da unidade, também sejam feitos  
889 por meio eletrônico, por assinatura eletrônica. Entende que é algo que pode ajudar no  
890 gerenciamento das atividades realizadas, uma forma de ter isso centralizado. Outra  
891 vantagem é ter certeza sobre o envio do Relatório, por meio da consulta no sistema,  
892 sem ter que entrar em contato com os setores do CRP para verificar o andamento do  
893 recebimento do relatório. Mais considerações do plenário: 1) Quanto à assinatura  
894 eletrônica, questiona-se se será aquela por meio de uma empresa de certificação  
895 digital ou se será um procedimento mais simples e interno. 2) Apresenta-se dúvida  
896 com relação aos comprovantes, pois precisam encaminhar, por exemplo, as  
897 passagens para atividades realizadas na sede. 3) Elogia-se o trabalho da ferramenta,  
898 que deve facilitar e agilizar os processos. Pede-se que a tesouraria tenha paciência  
899 nesse período de adaptação e se tenha feedback sobre a forma como está sendo feito,  
900 indicando o que precisa corrigir no procedimento de preenchimento. Vinicius Cesca de  
901 Lima comenta que há legislação que regulamenta o que é considerado válido em  
902 termos de assinatura eletrônica. Há muito divergência e o entendimento é que somente  
903 a garantia por meio de *login* e senha não são suficientes para comprovar. Então, tem  
904 que ser pelo modelo de certificação digital, que há um Instituto responsável. Com  
905 relação aos comprovantes, explica que colocará nas orientações, e que é algo  
906 importante: atualmente a dinâmica é de envio dos comprovantes de forma paliativa,  
907 mas a orientação agora é que sejam encaminhados sempre juntos, que será algo que  
908 facilitará. Mas pede que nunca se separe os envios de comprovantes de uma mesma  
909 atividade (passagens de ida e de volta, por exemplo), pois causa um transtorno, sendo  
910 necessário reabrir o processo de um relatório. Atualmente os comprovantes já vem  
911 encaminhados em uma folha com um cabeçalho, e entende que pode continuar dessa  
912 forma, mas agora encaminhando todos juntos, o que será possível, pois sabe-se que a  
913 extração dos dados será realizada sempre ao final do mês. Reforça que o período de  
914 22 a 30 de julho será de teste sobre o preenchimento da ferramenta, para se poder  
915 verificar como está o andamento, apesar de um período curto, servirá de parâmetro

916 para ver onde estão as falhas e corrigir. Além disso, tem-se a pretensão de agendar  
917 reunião com todos assistentes administrativos do estado no mês de agosto, para  
918 atividades também referentes ao Atendimento, COE e COF, e que posam também  
919 envolver esse sistema para o Relatório de Atividades. Esse treinamento está sendo  
920 pensado para agosto também porque já terá passado o período de testes para verificar  
921 onde pode ter algum problema, para alinhar. Em agosto, o plenário pode voltar a  
922 discutir o assunto, após os testes. Informa que as/os conselheiras/os das subsedes  
923 podem já ir adiantando com os funcionários. A ideia é que seja um sábado, para tratar  
924 de atendimento, COE, COF e sobre essas questões financeiras. Há manifestação do  
925 plenário sobre a ordem de discussão dos pontos da plenária, para que se possa  
926 discutir o ponto sobre as “Atividades do Dia da Psicóloga”. Aristeu Bertelli da Silva  
927 relembra que o acordo é de rever pautas pendentes e prioridades às 16 horas e 30  
928 minutos. **Encaminhamento:** A tesouraria contemplará as sugestões do plenário de  
929 ajuste na ferramenta online de ajudas de custo. O uso da ferramenta (formulário  
930 online) iniciará no dia 22 de julho de 2017. O período de 22 a 30 de julho será de teste  
931 da ferramenta, para ver como está o andamento. Ver onde estão as falhas para  
932 acertar e ajustes. As orientações sobre o uso e preenchimento do formulário online  
933 serão encaminhadas nos próximos dias pelo conselheiro tesoureiro. Será agendada  
934 reunião com todas assistentes administrativas do estado no mês de agosto, para  
935 alinhamento e capacitação de atividades também referentes ao atendimento, à COE, à  
936 COF e de uma série de procedimentos, inclusive referentes ao Relatório de Atividades,  
937 sendo pensado como proposta que essa reunião ocorra em um sábado. **7.4) Plano de**  
938 **Ação 2018** – O tesoureiro Vinicius Cesca de Lima, a respeito do formato para o Plano  
939 de Ação 2018, comenta que a estrutura se origina na premissa de que o Planejamento  
940 Estratégico já está feito, com as metas e diretrizes do triênio de gestão. Sendo  
941 necessário fazer um Plano de Ação anual. Em 2016, para fazer o planejamento para  
942 2017, a gestão precisou se debruçar para a elaboração do instrumento trienal e a  
943 discussão do Plano de Ação foi prejudicada. A meta agora é somente a elaboração do  
944 Plano de Ação anual. Assim, para o Plano de Ação 2018, será possível fazer uma  
945 discussão mais ampla. Isso deve envolver dois procedimentos: (1) Monitoramento e  
946 avaliação; e, (2) Formulação. A ideia é fazer um balanço do que está em andamento e,  
947 a partir disso, construir o que se deseja fazer em 2018. Assim, a sugestão é que cada  
948 unidade possa fazer a avaliação do Plano de Ação 2017 de forma descentralizada e,  
949 em setembro, trazer a avaliação para discussão no conjunto. As propostas serão

950 discutidas a partir do que se há na macro-estrutura do Planejamento Estratégico e das  
951 avaliações do Plano de Ação, para construir o Plano de Ação 2018. A ideia é que se  
952 construa isso e se consiga orçar as ações em setembro para envio do orçamento ao  
953 Conselho Federal de Psicologia. Informa que tem a proposta de destinar uma cota do  
954 orçamento para realizar um 'orçamento participativo'. O que significa que as/os  
955 psicólogas/os que não estão na base da gestão poderão dialogar e deliberar sobre  
956 essa cota de orçamento, desde que sejam propostas coerentes com a plataforma  
957 política desta gestão e com as deliberações do IX CNP e IX COREP. Comenta que a  
958 cada ano há, em média, 5 (cinco) milhões de reais do orçamento destinado às ações  
959 políticas. Desses, 2 (dois) milhões são para reuniões e ações contínuas de gestão. E  
960 outro 1 (um) milhão destinado às despesas com comunicação. Assim, para as demais  
961 ações, há um valor disponível de cerca de 2 (dois) milhões para ações externas. A  
962 sugestão é que 10% desses valores, ou seja, 200 (duzentos) mil reais, para esta  
963 construção de projetos regionais/locais de construção e definição direta feita na base  
964 em relação a atividades que serão realizadas. Considerações do plenário: 1)  
965 Questiona-se se o orçamento de um núcleo continuará disponível para o ano de 2018.  
966 Explicando-se que há uma ação iniciada em 2017 e que para 2018 tem-se a intenção  
967 de dar continuidade a ela, inclusive ampliando-a, ou seja, sendo necessário um  
968 orçamento ainda maior. 2) Questiona-se se o formato para construção das ações será  
969 mantido. Relatando-se que ocorreram situações em que as pessoas que ajudaram na  
970 definição das propostas não as identificaram no produto final. Vinicius Cesca de Lima,  
971 sobre a disponibilização de recurso para ação iniciada este ano, responde que o  
972 orçamento é feito ano a ano, assim, será necessário refazer o planejamento  
973 orçamentário, mas é possível manter a ação no Plano de Ação 2018. Registra ainda  
974 que é possível aumentar o valor orçado para a ação em relação ao que estava  
975 destinado em 2017, sendo que essa será uma decisão tomada coletivamente,  
976 considerando as prioridades. Há ações que podem ser mantidas ou porque não se  
977 conseguiu executá-las no ano atual, ou porque já se tratam de ações que ultrapassam  
978 um único exercício. A respeito do formato, explica que o processo realizado para o PE  
979 2017 gerou confusão e insatisfação: as propostas eram concretas, mas isso foi  
980 sacrificado no meio do processo para poder gerar as categorias abstratas. Para o  
981 Plano de Ação 2018, parte-se do princípio de que a categoria, agora, já existe e, dessa  
982 forma, é possível se debruçar sobre o concreto e o concreto ser encaixado dentro das  
983 categorias. Para o Plano de Ações vigente, se unificou as ações concretas que tinham

984 relação em uma mesma categoria e o orçamento foi definido para a categoria. O  
985 trabalho necessário era de se reconstruir o ela, e falou para reconstruir o concreto a  
986 partir da categoria. Como a categoria já existe, o que teremos agora será o plano das  
987 ações concretas. Outra questão que considera importante é que a expectativa é de  
988 que este ano não ocorra o grande desalinhamento, ocorrido no PE anterior, da  
989 capacidade de planejamento de cada um, pois haviam ações muito semelhantes, cujos  
990 valores orçados para executá-las era muito distinto. Como agora já há a experiência de  
991 cada um na execução das ações, entende-se que os valores orçados estão mais  
992 próximos à realidade. Novas considerações do plenário: 1) Comenta-se que não se  
993 consegue identificar as categorias criadas. 2) Cita-se a dificuldade de compreensão da  
994 forma como foi feita, pois era necessária negociação com os núcleos. 3) Entende-se  
995 que é necessário que se tenha algo definido do quanto se tem para gastar com cada  
996 ação, para que se tenha liberdade de ação financeira. 4) sugere-se que se pense em  
997 um novo formato de trabalho com a equipe administrativa, pois muitas vezes houve  
998 uma dificuldade de alinhamento com a equipe de trabalhadores. 5) Questiona-se como  
999 será feito o planejamento de forma conjunta. 6) Indica-se que houve dificuldade de  
1000 trabalho com os representantes indicados para subsede, que não participam das  
1001 reuniões de comissão gestora ampliadas. Assim, questiona-se como será feita a  
1002 construção política desse planejamento que envolve recurso público. O conselheiro  
1003 tesoureiro relata que serão mantidas as mesmas nomenclaturas do Centro de Custo.  
1004 Relata que a minúcia dos valores disponíveis para cada ação não são possível de ser  
1005 informada, pois é necessário que se tenha certo grau de gerenciamento para ampliar,  
1006 reduzir ou realocar determinado recurso. Entende que ter o detalhamento de cada  
1007 ação pode inviabilizar a realização de diversas ações, por não haver esse possível  
1008 gerenciamento. A construção das ações, alocadas dentro das categorias do Centro de  
1009 Custo, devem ser feitas de forma compartilhada, independente de se ter um gestor  
1010 para aquela rubrica. Outras considerações do plenário: 1) Está-se entendendo que o  
1011 necessário para esta plenária é aprovar a manutenção da estrutura do centro de custo  
1012 para que, depois, se pense nas ações concretas. Em relação a isso, solicita-se  
1013 mudança em relação à unidade gestora das ações ligadas à interiorização, por conta  
1014 da dificuldade que se tem tido em tocar essas ações. Devido à gestão compartilhada  
1015 ainda não foi possível o envolvido se reunir para organizar e deliberar sobre a  
1016 continuidade dessas ações. Relata-se que não se compreendeu a razão dessas ações  
1017 terem seu centro de custo sob a gestão da diretoria. A sugestão é que se repense esse

1018 centro de custo, e que se possa decidir coletivamente os locais onde as ações serão  
1019 realizadas e, a partir disso, cada subsede faça a gestão do recurso, de modo que o  
1020 processo de interiorização possa ocorrer nos locais devidos. 2) Sugere-se que o  
1021 plenário possa analisar melhor o Centro de Custo e deliberar sobre o assunto em uma  
1022 próxima plenária. Pois ainda não há esclarecimento suficiente para decidir o ponto  
1023 neste momento. 3) Questiona-se se será possível incluir mais ações no Centro de  
1024 Custo. 4) Pede-se que seja esclarecido se haverá outro momento para esclarecimento  
1025 das dúvidas mais minuciosas. Vinicius Cesca de Lima comenta que é possível fazer a  
1026 alteração do gestor de determinado centro de custo e ter as subseções como gestoras  
1027 diretas da ação de interiorização. No entanto, é preciso ter antes o alinhamento sobre  
1028 a forma de executar essa ação. Relata que as ações de interiorização haviam sido  
1029 planejadas com um custo sub-orçado, e é preciso equalizar para evitar orçamentos  
1030 desiguais para cada subsede. Relata que é indesejável incluir ações no Centro de  
1031 Custo, embora possível. O ideal é modificar o mínimo possível a estrutura do  
1032 Planejamento Estratégico devido ao funcionamento da máquina. Responde, ainda, que  
1033 haverá outro momento para o debate. A ideia é que, a partir desta data até setembro,  
1034 cada comissão e núcleo se organizem para dar conta das duas tarefas: balanço e  
1035 preposições. O prazo seria até uma semana do PE, para que seja possível orçar as  
1036 ações planejadas. **Encaminhamento:** O plenário acorda que, entre os dias 9 de julho  
1037 e 15 de setembro de 2017, cada Comissão e cada Núcleo fará o balanço de suas  
1038 ações de 2017 e apresentará propostas de ações para o ano de 2018. Essas  
1039 informações serão socializadas durante o Planejamento Estratégico (Plano de Ação  
1040 2018), que será realizado entre os dias 22 e 24 de setembro. Nessa ocasião, será  
1041 realizado o debate dos balanços de cada unidade e das propostas de ações para 2018  
1042 e, coletivamente, será definido o Plano de Ação 2018. **VIII) REORGANIZAÇÃO DA**  
1043 **PAUTA** – Considerando o horário, das 16h50, o plenário inicia a discussão sobre a  
1044 prioridade de discussão das pautas. Sugere-se a priorização da finalização dos pontos  
1045 “Assuntos Financeiros”, “Dia da Psicóloga”, “Recomposições” e “Criação da Comissão  
1046 de Controle Social”. Há manifestação do plenário de que considera importante que  
1047 as/os conselheiras/os estejam presentes em todas as discussões e, dessa forma,  
1048 sugere-se que a Plenária seja encerrada às 17h. O conselheiro presidente, Aristeu  
1049 Bertelli da Silva, questiona ao plenário quem poderá ficar após às 17h e verifica-se  
1050 que, após esse horário, não haverá quórum para continuidade da plenária. A mesa  
1051 diretora sugere que as Recomposições sejam aprovadas em Bloco.

1052 **Encaminhamento:** Serão priorizadas as discussões sobre o Dia da Psicóloga e as  
1053 Recomposições. **IX) ATIVIDADES DO DIA DA PSICÓLOGA** - A conselheira vice-  
1054 presidenta Clarice Pimentel Paulon considerando que não há tempo hábil para discutir  
1055 assunto nesta plenária e por essa razão, enviará mais informações por e-mail, a título  
1056 de informe coloca que foi realizada reunião com o Departamento de Eventos e de  
1057 Comunicação a respeito da comemoração ao Dia da Psicóloga em 2017. Lembra que  
1058 o centro de custo pertinente está sob a gestão da Diretoria. Na reunião citada as  
1059 propostas foram de pensar em eventos transversais, ou seja, que nenhum núcleo ou  
1060 comissão faça eventos específicos para homenagear a data, mas que sejam eventos  
1061 que possam transversalizar em pelo menos dois ou três núcleos, para pensar temas.  
1062 Além das criações de gifs, vídeos, mídia digital, pensou-se que as subsedes poderiam  
1063 seguir a mesma propositura de transversalização das temáticas. Por exemplo, ao  
1064 tratarmos o tema 'sexualidade', que o Núcleo de Sexualidade e Gênero; de Saúde;  
1065 Psicologia e Relações Etnicorraciais e o Núcleo de Educação pudessem, juntos, definir  
1066 algum evento ou mesa, atividade, comemorativa à data. Para tanto, apresenta a  
1067 sugestão de formar uma Comissão Organizadora com a Comissão de Direitos  
1068 Humanos, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de Comunicação, Comissão de  
1069 Ética, Comissão de Orientação e Fiscalização, GT História e Memória, GT Condições e  
1070 Processos de Trabalho e Diretoria para pensar o mote geral (que será construído),  
1071 tendo uma/um representante de cada uma dessas comissões para, juntos,  
1072 estabelecerem a proposta e como horizontalizar esses temas. O conselheiro tesoureiro  
1073 Vinicius Cesca de Lima acrescenta que a ideia é que esta Comorg pense o conceito de  
1074 transversalização e não que construa atividades das subsedes. **Encaminhamento:** Foi  
1075 definida a Comissão Organizadora sobre o Dia da Psicóloga 2017, composta por:  
1076 Comissão de Direitos Humanos, Comissão de Políticas Públicas, Comissão de  
1077 Comunicação, Comissão de Ética, Comissão de Orientação e Fiscalização, GT História  
1078 e Memória, GT Condições e Processos de Trabalho e Diretoria para pensar o mote  
1079 geral (que será construído), que indicarão uma/um representante de cada uma dessas  
1080 comissões para, juntos, estabelecerem a proposta e como horizontalizar esses temas.  
1081 As subsedes devem ter suas propostas, para as quais não haverá interferência. Todas  
1082 as atividades comemorativas ao Dia da Psicóloga (sede e subsedes) serão  
1083 computadas no mesmo centro de custo. Poderão ser pensadas ações com núcleos e  
1084 subsedes dialogando com a Comorg, que organizará a agenda. **X) RECOMPOSIÇÕES**  
1085 **DE COMISSÕES GESTORAS, PERMANENTES, NÚCLEOS, GRUPO DE**



1086 **TRABALHO E COLETIVOS INTERNOS** – A mesa Diretora, considerando o adiantado  
1087 da hora, propõe que as propostas de composição e recomposição dos coletivos do  
1088 CRP SP sejam aprovadas em bloco pela plenária. **Encaminhamento:** Conforme  
1089 sugestão, a plenária aprovada em bloco as sugestões de alteração das comissões  
1090 permanentes, núcleos, grupos de trabalho e coletivos internos do CRP, conforme  
1091 segue: **a) Comissão de Ética – a.1) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte -**  
1092 **Inclusão** como membras de Lauren Mariano Mennocchi (06/90668), Marília Capponi  
1093 (06/81224) e Sheila Leticia Arrieta (06/124779); **a.2) Subsede Bauru –** Inclusão como  
1094 membra para elaboração de pareceres de Liara Rodrigues de Oliveira (06/85631). **b)**  
1095 **Comissão de Orientação e Fiscalização – b.1) Subsede Sorocaba –** Inclusão, como  
1096 membros, de Julio Cesar Rodrigues Segato (06/130289) e Vanessa Basto de Toledo  
1097 (06/127486); **b.2) Subsede Assis –** Inclusão, como fiscais, para participação em  
1098 fiscalizações pelo CRP SP, de Juliana Cristina Bessa (06/114392) e Silvia Maria do  
1099 Nascimento (06/29090). **c) Comissão de Direitos Humanos -** Alteração de  
1100 coordenadora adjunta para membra de Jeanne Morais Neres (06/116108) e de  
1101 membra para coordenadora adjunta de Monica Marques dos Santos (06/68930). **c.1)**  
1102 **Núcleo Sexualidade e Gênero –** Exclusão de Marcio Magalhães da Silva (06/99618)  
1103 como membro representante do núcleo e inclusão de Daniella Stazack de Araujo  
1104 (06/47159), como titular e de Flávia Roberta Eugênio (06/113673), como suplente. **d)**  
1105 **Núcleo Emergências e Desastres – d.1) Subsede São José do Rio Preto –** Inclusão,  
1106 como membra titular de Marina Junqueira Zampieri (06/85091). **e) Núcleo Justiça –**  
1107 **e.1) Subsede Sorocaba -** Inclusão, como membra suplente, de Ellen Taline de Ramos  
1108 (06/107022). **f) Núcleo Psicologia e Povos Tradicionais –** Inclusão, como entidades  
1109 colaboradora, do Programa Psicologia Social e do Trabalho – PST. **g) Núcleo**  
1110 **Psicologia e Relações Etnorraciais - g.1) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte**  
1111 **–** Inclusão, como membro titular, de Ricardo Araújo (06/132067). **h) Núcleo Educação**  
1112 **- h.1) Subsede Bauru –** Inversão de titularidade e suplência, assim, Caio César Portela  
1113 Santos (06/108870) passa a ser titular e Flávia da Silva Ferreira Asbahr (06/62796),  
1114 suplente. **i) Núcleo Saúde – i.1) Região Metropolitana –** Exclusão de Bruno Benndorf  
1115 Mangolini (06/92999) como membro suplente. Era o 1º suplente. Passa, agora, a ser 1ª  
1116 suplente, Renata de Oliveira (06/99010), e 2ª suplente, Teresa Cristina Lara  
1117 (06/17409). **i.2) Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte –** Exclusão da membro  
1118 suplente Marília Capponi (06/81224) e inclusão, como membra suplente, de Claudia  
1119 Fabiana de Jesus (06/57334). **i.3) Subsede de Sorocaba -** Inclusão de Vanessa Basto

1120 de Toledo (06/127486) como membra suplente. **j) Núcleo Territorial de Taubaté –**  
1121 Criação do Núcleo Territorial de Taubaté (Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte),  
1122 com a inclusão de Sheila Leticia Arrieta (06/124779) como coordenadora do referido  
1123 núcleo. **k) Núcleo Territorial de São José dos Campos -** Criação do Núcleo  
1124 Territorial de São José dos Campos (Subsede Vale do Paraíba e Litoral Norte), com a  
1125 inclusão de Juliane Macedo Manzini (06/80680) como coordenadora do referido  
1126 núcleo. **XI) REPRESENTAÇÕES EM ENTIDADES / ÓRGÃOS DE CONTROLE**  
1127 **SOCIAL –** Novamente, o plenário define pela aprovação em bloco das recomposições  
1128 indicadas de representantes em entidades. **Encaminhamento:** São aprovadas as  
1129 indicações conforme segue: **a) Conselho Municipal de Direitos do Idoso de**  
1130 **Pindamonhangaba (Região da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte)** – Exclusão  
1131 da representação de Viviane Moreira Tineu de Melo (06/104610), como titular, e de  
1132 Franceline Aparecida Prolungati de Oliveira (06/77811), como suplente. **b) COMUDA -**  
1133 **Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas e Álcool -** Inclusão de Raonna Caroline  
1134 Ronchi Martins (06/101336) como representante do CRP SP. **c) Conselho Municipal de**  
1135 **Saúde de São Paulo (CMS SP)** – Inclusão de Ed Otsuka como representante do CRP  
1136 SP (06/73247). **d) Comissão de Saúde Mental do CMS SP –** Inclusão de Aline Lopes  
1137 de Assunção (06/117988) como representante titular do CRP SP e de Marcelo  
1138 Ryngelblum (06/120864) como representante suplente. **e) Comissão de Saúde Mental**  
1139 **do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo (CES SP)** – Inclusão de Mauricio  
1140 Marinho Iwai (06/123689) como representante do CRP SP. **f) Comissão de Políticas de**  
1141 **Saúde do CES SP -** Inclusão de Cinara Brito de Oliveira (06/92199) como  
1142 representante do CRP SP. **g) CONED - Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas –**  
1143 Exclusão de Mauricio Marinho Iwai (06/123689) como representante suplente e  
1144 inclusão de Thiago Khalil Bertolucci (06/93510) como representante suplente do CRP  
1145 SP. **h) Rede de Proteção e Resistência contra o Genocídio –** Inclusão de Maria  
1146 Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri (06/59560) como representante do  
1147 CRP SP. **XII) PONTOS PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA –** 1) Análise de Conjuntura; 2)  
1148 Avaliação do Processo de Trabalho dos Conselheiros; 3) Diretriz Política da Gestão do  
1149 CRP SP; 4) CREPOP - Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas  
1150 Públicas - Reimpressão de referências e indicação de especialistas para Comissões  
1151 Ad-hoc CREPOP; 5) Conselho Penitenciário do Estado de São Paulo; 6) Avaliação e  
1152 Encaminhamentos sobre a Manifestação das Assistentes Técnicas sobre Processo de  
1153 Interiorização da COE; 7) Aplicativo CRP SP; e, 8) Criação de Comissão de Controle

1154 Social no CRP SP. Nada mais havendo a tratar, o senhor conselheiro presidente deu  
1155 por encerrada a sessão às 17 horas e 02 minutos, da qual eu, conselheiro secretário,  
1156 Rodrigo Toledo, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada por todos os  
1157 presentes. São Paulo, oito de julho de dois mil e dezessete.

---

Aristeu Bertelli da Silva

---

Clarice Pimentel Paulon

---

Guilherme Rodrigues Raggi Pereira

---

Luciana Stoppa dos Santos

---

Maria Rozineti Gonçalves

---

Monalisa Muniz Nascimento

---

Regiane Aparecida Piva

---

Rodrigo Toledo

---

Suely Castaldi Ortiz da Silva

---

Vinicius Cesca de Lima

---

Beatriz Marques de Mattos

---

Ed Otsuka

---

Edgar Rodrigues

---

Ivana do Carmo Souza

---

Ivani Francisco de Oliveira

---

Larissa Gomes Ornelas Pedott

---

Magna Barboza Damasceno

---

Márcio Magalhães da Silva

---

Maria Mercedes Whitaker Kehl Vieira  
Bicudo Guarnieri

---

Mary Ueta

---

Maurício Marinho Iwai